

**VALDEIR ALVES DE SOUZA**

**AGROECOLOGIA, JUVENTUDE E PERMANÊNCIA NO  
CAMPO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre Profissional em Agroecossistemas. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sandra Luciana Dalmagro Co-orientadoras: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marlene Grade e Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Eliane Silva Leite

**Florianópolis/SC, 2017**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Souza, Valdeir Alves de  
AGROECOLOGIA, JUVENTUDE E PERMANÊNCIA NO CAMPO:  
: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL? / Valdeir Alves de Souza ;  
orientadora, Sandra Luciana Dalmagro,  
coorientadora, Marlene Grade, coorientadora,  
Eliane Silva Leite, 2017.  
110 p.

Dissertação (mestrado profissional) -  
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de  
Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em  
Agroecossistemas, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Agroecossistemas. 2. Juventude rural. 3.  
Agroecologia. 4. Assentamentos de Reforma Agrária.  
I. Dalmagro, Sandra Luciana . II. Grade, Marlene .  
III. Leite, Eliane Silva IV. Universidade Federal  
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
Agroecossistemas. V. Título.

Valdeir Alves de Souza

**AGROECOLOGIA, JUVENTUDE E PERMANÊNCIA NO  
CAMPO: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL?**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de mestre e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2017.

---

Prof. Dr. Clarilton E. D. Cardoso Ribas  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Profª Drª Marlene Grade  
Coorientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

---

Profª Drª Natacha Eugênia Janata  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

---

Profª Drª Thelmely Torres Rêgo  
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC



## AGRADECIMENTOS

Para concretização da pesquisa e posterior trabalho de análise de dados, e escrita da dissertação, vários atores foram fundamentais, sem eles jamais teríamos conseguido finalizar esta obra.

Primeiro agradeço a Deus por me permitir sempre conquistas tão importantes para minha atuação profissional e pessoal, por isso sempre trabalho com a filosofia de me colocar a disposição de causas tão importante para os camponeses e para o meio ambiente.

Agradeço a equipe de coordenação do Mestrado Profissional, a equipe do LECERA, que tudo fizeram para que pudéssemos ter o conforto necessário ao cumprimento das horas aula, dos trabalhos e da pesquisa.

Agradeço as famílias camponesas do Assentamento Padre Ezequiel, que participaram com muita boa vontade e apreço da aplicação dos questionários e das conversas, além dos cafés, almoços jantas e pernoites, tudo feito com muito carinho e com toda a atenção necessária.

Agradeço ao Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra - MST, que tem me permitido participar de espaço de debates e estudo, não só o mestrado, mas tantos outros que estão sendo fundamentais para formação de minha personalidade pessoal e profissional.

Agradeço ao Instituto Padre Ezequiel Ramin-IPER, que durante todo o mestrado me apoiou, tanto através de seus agentes colaboradores quanto no apoio institucional, visto que o grupo de famílias pesquisadas são acompanhadas tecnicamente pelo IPER.

Agradeço a minha família, já que durante o mestrado, abduquei de vários momentos para me concentrar nos estudos e quando dependi de ajuda, foram extremamente solícitos e minha situação. Agradeço duas pessoas em especial, ao meu irmão Valdir que me incentivou tanto a entrar quanto em permanecer no mestrado e meu companheiro Uill que

aguentou firme minhas ausências e meus estresses, principalmente nos momentos finais.

Agradeço muito especialmente as educadoras que assumiram bravamente a missão de orientar o trabalho, de ajudar e escrever a dissertação e, através das orientações, considero finalizado um grande e importante trabalho para o debate da juventude na organização dos Movimentos Sociais do Campo de RO. *Obrigado Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Dalmagro orientadora e Co-orientadoras: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marlene Grade e Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eliane Silva Leite.*

*GRATIDÃO A TODOS E TODAS*

## RESUMO

Essa pesquisa analisa a participação da juventude rural no processo produtivo e na tomada de decisão familiar, em um grupo de famílias camponesas, localizada no assentamento Padre Ezequiel em Mirante da Serra/RO. O grupo de famílias analisadas são produtoras e produtores agroecológicos, assentados da Reforma Agrária há dezesseis anos e vem desenvolvendo uma agricultura baseada na produção de grãos e leite para sustento familiar. A pesquisa teve por objetivo investigar se a produção de forma agroecológica contribui para a permanência destes jovens no espaço rural, surgiu através de debates dos movimentos sociais do campo de Rondônia sobre sucessão rural, o desafio de manter os jovens nas unidades produtivas, questão prática de elevada complexidade, aqui tomada como objeto de estudo. As informações são retiradas de pesquisas bibliográficas, observações do autor e questionário aplicado nas famílias com os pais e jovens, além de conversas informais nas diversas visitas feitas ao assentamento. O maior desafio para permanência dos jovens no campo gira em torno da geração de renda para a juventude. As unidades produtivas são pequenas, impedindo a implantação de grandes projetos produtivos, ficando reduzidos a produção de leite e alguns grãos, ocupando pouca força de trabalho e, com a pouca renda financeira, não satisfazendo as demandas da juventude, indo a mesma procurar remuneração na cidade. Daí a necessária conclusão de que a agroecologia possui indicações para a permanência dos jovens no campo, na medida em que agrega renda e promove relações familiares mais horizontais, mas necessita de maior escala e apoio para constituir-se em alternativa para permanência do jovem no campo.

**Palavras Chaves:** Juventude rural, Agroecologia, Assentamentos de Reforma Agrária.



## ABSTRACT

This study analyzes the participation of rural youth in the productive process and in family decision-making within a group of peasant families, located in the Padre Ezequiel settlement in Mirante da Serra, RO. The families analyzed research are agro-ecological producers, settlers of the Agrarian Reform 16 years ago, who have been developing an agriculture based on grain and milk production for the purpose of family sustenance. The research sought to investigate if agro-ecological production contributed to the retention of these youth within rural areas, emerging from debates within rural social movements in Rondônia around rural succession and the challenge of keeping young people in productive units, a highly-complex practical question and this research's object of study. Information is taken from bibliographical research, observations by the author, and a questionnaire realized in families with parents and youth, as well as informal conversations during various visits made to the settlement. The greatest factor keeping young people from remaining in the settlement is income generation. Productive units are small, preventing the implantation of large productive projects, reducing the production of milk and some grains, and requiring little work-force, and the young, with thus little financial income, are left unsatisfied and seek out greater remuneration in the city. From this emerges the necessary conclusion that agro-ecology has indications for the retention of youth in the settlement, aggregating income and promoting more horizontal family relationships, but greater scale-up is required in order to support meaningful alternatives for youth in the field.

**Keywords:** rural youth, agroecology, Agrarian Reform Settlements



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rodovia Federal BR364 – caminhos da expedição Rondon com a construção da linha de telégrafos.....	32
Figura 2 - Areas ocupadas pelo agronegócio no estado de Rondônia. ..	37
Figura 3 - População de Rondônia Rural, Urbana e Urbana na sede do município.....	65
Figura 4 - Produção Agropecuária das famílias assentadas no Assentamento Padre Ezequiel .....	84



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Ocupação da juventude das famílias entrevistadas do Assentamento Padre Ezequiel .....	75
---	----



## **LISTA DE SIGLAS**

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
MST – Movimento sem Terra  
EUA – Estados Unidos da América  
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário  
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária  
PIC – Projeto Integrado de Colonização  
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores  
FETAGRO – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia  
STTRs – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
MAB – Movimento dos Atingidos Por Barragens  
PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar  
FEPAC – Feira de Produção da Agricultura Camponesa  
IDARON – Agencia de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia  
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMATER – Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia  
TUCUMÃ – Agência Regional de Comercialização  
CAFOD – Agencia Católica para o Desenvolvimento  
COOPERNAPE – Cooperativa Agrícola de Produção, Comercialização e Gestão dos Recursos Naturais do Assentamento Padre Ezequiel  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PRV – Pastoreio Racional Voisin  
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	19
2. O CONTEXTO DA PESQUISA – A CONSTRUÇÃO DO VIVER NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO.....	27
2.1. Cenário agrícola no Brasil e a ocupação da Amazônia .....	27
2.2. Rondônia no contexto rural .....	35
2.2.1 Fortalecimento do agronegócio: desenvolvimento sem trabalhadores no campo .....	35
2.2.2. Agricultura Familiar Camponesa: a busca por novas possibilidades para a vida .....	40
2.3. O Assentamento Padre Ezequiel – Caminho para afirmação camponesa.....	43
3. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA DA JUVENTUDE E DA AGROECOLOGIA.....	47
3.1. O jovem e o rural.....	47
3.2. Agroecologia – Alternativa para reprodução camponesa .....	51
3.3. Criando a própria vida: os caminhos possíveis para o jovem no campo.....	60
3.4. Juventude, Agroecologia e Agricultura Familiar Camponesa .....	66
4. CONSTRUÇÃO DA VIDA NO CAMPO: DA CONQUISTA DA TERRA A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA.....	71
4.1. Contextualizando os arredores do Assentamento Padre Ezequiel.....	71
4.3. Organização coletiva .....	79
4.4. Produzir com quantidade, porém não abrindo mão da qualidade.....	82
4.5. Agroecologia no Assentamento Padre Ezequiel.....	86
4.6. A juventude na busca pela autonomia .....	89
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	103



## 1. INTRODUÇÃO

O período compreendido como juventude, assim como os demais períodos da vida possui muitas particularidades, é feito de desejos, vontades e ações que são próprias desta fase. No Brasil, há poucas e frágeis políticas públicas pensadas para melhorar a vidas dos jovens, principalmente nas áreas rurais, faltam condições para geração de renda, lazer, formação, enfim, condições para a juventude se estabelecer no campo com qualidade.

O momento em que vivemos permite ao jovem estabelecer uma conexão com o resto do mundo, as redes sociais ampliaram sistematicamente o lugar. Pensar políticas públicas em pleno Século XXI, para este segmento social, requer considerar esta realidade de ampliação das interações e relações dos jovens com o entorno e em como articular com a vida no campo.

A pesquisa aqui realizada tem como foco a vivência da juventude do assentamento Padre Ezequiel, município de Mirante da Serra/RO, cujas famílias, ao receber a terra, definiram trabalhar de forma responsável com o solo. Essas famílias produzem alimentos para abastecer o mercado local e buscam o sustento da casa. A proposta da pesquisa é conhecer as relações que se estabelecem entre essas famílias com a juventude e saber como isso impacta na decisão de sair ou permanecer no campo. Todo o histórico organizativo das políticas públicas do Brasil nos leva a perceber que a saída da juventude do campo é um resultado, e não um processo desconectado do que acontece na sociedade.

O Brasil é e sempre foi, um País produtor de matéria prima para exportação. Desde sua ocupação em 1500, por Europeus, que vieram atrás de suprimentos para as demandas criadas em seus países, e com a necessidade de expandir comércio, o Brasil passou a ser explorado em vários campos, inicialmente com minérios, madeira e produção de cana de açúcar, café e cacau logo depois a bovinocultura, e nos dias atuais soja, milho e algodão, desempenhando o mesmo papel, produzir matéria prima para exportação, transferindo a renda para a Europa e EUA, arcando com os prejuízos sociais e ambientais.

Todos os sistemas de organização agrária implantados no Brasil foram para beneficiar um privilegiado grupo de famílias ricas, que, além de ter todos os privilégios, determinam os caminhos das políticas implantadas no País, sempre trabalhando em benefício próprio. Essas

famílias dominam a política, são os donos das terras, dos comércios e muitas ocupam cadeiras em cargos políticos em Brasília.

A luta pela terra no Brasil sempre foi marcada por conflitos sociais, nos primeiros trezentos (300) anos após a invasão do território brasileiro, os conflitos se davam entre invasores Europeus, índios e negros escravos trazidos da África, logo depois, envolveu também as famílias de camponeses Europeus que, a procura de terras para trabalhar, desembarcou por aqui na esperança de acesso a um pedaço de chão, para viver e plantar, porém nem todas as famílias tiveram acesso a terra em função da legislação agrária aqui implantada, desde a Lei de Terras de 1850 que legalizou as Sesmarias e as Capitania Hereditárias e tornou a terra mercadoria a ser comprada e vendida.

Essa forma de territorialização das terras no Brasil foi impeditiva ao acesso às pessoas com poucas posses, privilegiou uma minoria, criando uma elite rural, gerando uma leva de sem terras que tiveram que se sujeitar a trabalhar em áreas alheias ou avançar por terras ainda não ocupadas, virando posseiros ilegais. A economia sempre esteve subordinada às exigências dos países desenvolvidos, que agregam boa parte das exportações brasileiras.

A partir da segunda guerra mundial, no Brasil tem início o processo industrialização, subordinando assim a agricultura, as exigências das indústrias, na sua maioria multinacionais. Isso tudo com objetivo de produzir matéria prima para as indústrias exportarem, liberar força de trabalho do campo para as cidades como pressão para manter os salários baixos. Para Martins (1981, p. 177) A expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital. Comprando a terra, para explorar ou vender, ou subordinando a produção de tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é condição para que ele possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra.

Esta forma de ocupação do campo no Brasil foi à porta de entrada para a chamada modernização agrícola, elevando a produtividade pela mecanização e o uso de insumos, sem fazer a Reforma Agrária.

Com o advento do período industrial, o setor agrário, paulatinamente, subordina-se ao projeto de industrialização do país. Logo, a oligarquia rural, formada sobretudo pelos fazendeiros do Nordeste e pelos cafeicultores de São Paulo, passa a conviver com uma elite em franca ascendência, a burguesia, ou seja, as pessoas que na ocasião detêm o domínio da economia de mercado.(PANINI, 1990, p.54)

Constrói-se assim um pacote tecnológico, vinculando a agricultura à indústria, em nome de aumentar a produtividade e lucratividade, com o apelo social de acabar com a fome no mundo. Porém como resultado prático, temos aumento na concentração da propriedade da terra, da renda, dos meios de produção, êxodo rural e o aumento da violência urbana, da fome e dos problemas de saúde, principalmente entre as populações mais pobres. Há uma superprodução de alimentos, a produção do agronegócio aumenta ano após ano, ao tornar tudo comercializável, o foco da produção é o lucro e não as demandas alimentares do mundo.

O processo de ocupação das terras produtivas pelo agronegócio no Brasil gera um deslocamento das famílias camponesas, que foram obrigadas a deixar suas comunidades de origem, muitas foram para as áreas urbanas virar força de trabalho barata, cumprindo o propósito das políticas capitalistas, outras, atraídas pela propaganda do governo que, querendo ocupar o território Amazônico, criou condições para que famílias sem espaço nas regiões mais desenvolvidas aventurassem para o território novo, enfrentando doenças e animais, e também conflitos com indígenas, ribeirinhos e seringueiros que já ocupavam esse território.

Em Rondônia o processo migratório se intensifica a partir da década de 1970, em que o Governo Militar disponibilizou terras, com a coordenação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA para assentar famílias sem terras, principalmente das regiões Sul e Sudeste do Brasil, os assentamentos disponibilizados pelo Governo Militar não foram suficientes, porém atraídos pela propaganda, famílias continuaram a chegar a Rondônia na expectativa de acessarem terra para trabalhar. Com a negativa, muitas famílias se juntaram aos núcleos urbanos que foram se formando, ou avançando sobre as terras indígenas.

A partir da década de 1990, o eixo da BR364, que liga Cuiabá/MT a Porto Velho/RO, já desbravado pelas famílias camponesas, começa a ser ocupado pelo agronegócio, iniciando pela região sul do estado, implantando uma agricultura com alto uso de máquinas, adubos e agrotóxicos, que expulsa as famílias do campo, polui as águas, solo e ar e produz exclusivamente para atender as demandas para exportação. Para Nóbrega (2013, p. 79) Além disso, através de incentivos fiscais, em pouco tempo os latifúndios “improdutivos” de outrora, tornam-se espaços de realização de monoculturas de soja, eucalipto e cana-de-açúcar. Isso tudo acompanhado de recentes mudanças importantes no Código Florestal que favoreceram alterações na própria concepção do que são “terras

produtivas e improdutivas”, além da anistia aos crimes ambientais cometidos pelos fazendeiros até pouco tempo.

Junto com o agronegócio, começa a modernização das cidades, tornando-as mais atrativas para receber as famílias de camponeses/as e principalmente a juventude. Nesse mesmo período, começou a se organizar no estado os Movimentos Sociais de ocupação de terras, dentre eles o Movimento Sem Terra-MST. Já em 1988 o MST havia feito sua primeira ocupação no Município de Espigão do Oeste (RO), conquistando a terra para cerca de 300 famílias.

Os anos de 1990 a 2001 foram de muitas lutas e muitas conquistas, para as famílias camponesas de Rondônia, formaram-se acampamentos e tiveram várias conquistas, dentre elas o assentamento Padre Ezequiel. O Assentamento Padre Ezequiel, fez seu processo de organização e ocupação em 1996, no Município de Mirante da Serra, onde as famílias foram assentadas em 2001, depois de quatro anos de muita luta embaixo de lonas, como acampados em vários locais, até chegar a terra tão desejada.

Assim, as duzentas (200) famílias assentadas se estabelecem em suas áreas, como produtoras de alimento, abastecendo a população local de produtos básicos para alimentação, ajudando a impulsionar o mercado de Mirante da Serra. A partir da concretização do assentamento, a realidade das famílias mudou, já que agora estão sobre seu pedaço de terra, algo nunca vivenciado por várias daquelas famílias, plantar e colher, criar animais e não ter obrigatoriamente que dividir com ninguém, como na época do trabalho de meeiro ou arrendatário, era de fato uma conquista, a autonomia de ser agricultora/agricultor familiar camponês com posse da terra.

O fluxo de produção do assentamento seguiu o que já acontece no estado entre as famílias camponesas, produção de alimentos básicos apenas para alimentação, como subsistência e produção de café, cacau e bovinocultura de leite e corte para venda. Dentre as famílias, um grupo pratica a agroecologia, baseado em princípios que ultrapassam os arranjos produtivos técnicos, com autoajuda, bem viver na comunidade, se preocupa com o bem estar dos animais, com a preservação dos recursos naturais, em oferecer a população uma alimentação saudável, e fazem isso através da feira de agroecologia e das vendas diretas ao consumidor, seja oferecendo diretamente nas casas, nas ruas como ambulantes, recebendo os consumidores em sua casa ou dos programas do Governo Federal de compra direta.

Percebe-se pela pesquisa de campo que será apresentada ao longo desta dissertação que os alimentos produzidos pelas famílias, levam

saúde até as pessoas e as famílias produtoras têm consciência disso, por isso o fazem com muita paixão e qualidade.

Os desafios enfrentados pelas famílias assentadas também são os mesmos das demais famílias camponesas, a falta de apoio de setor público, falta de orientação técnica, renda financeira baixa e outro desafio, objeto dessa pesquisa, a saída dos jovens do campo, estes estão indo para as cidades em busca de renda, por autonomia financeira, muitas vezes em subempregos oferecidos, ora pelo comércio local, ora saindo para os municípios vizinhos.

A dificuldade não é só financeira, o município de Mirante da Serra não possui opções de estudos para além do ensino médio regular, tendo, aqueles jovens que querem continuar sua formação acadêmica, ir para os municípios vizinhos com a opção de se aventurar diariamente nas estradas para chegar à faculdade com uma ou mais horas de ônibus, ou ir morar nas cidades onde estudam.

Muitas são as problemáticas enfrentadas pelas famílias para permanecer no campo, mas a realidade dos assentamentos em Rondônia, aqui em destaque o Assentamento Padre Ezequiel, mostra que é possível sobreviver bem no campo, produzindo alimentos limpos, mesmo nos municípios pequenos, com comércio limitado. As famílias que decidiram produzir alimentos com qualidade, fugindo dos produtos poluidores, aceitaram o desafio de abrir um diálogo entre si e com as pessoas ao redor, para buscar alternativas saudáveis de alimentação.

O processo de saída de uma agricultura sugadora dos recursos naturais, poluidora da vida como um todo, meramente produtivista para uma prática social de relação saudável com a natureza sem acompanhamento técnico, nos mostra que é possível construir uma agricultura melhor, nutrida por princípios agroecológicos com respeito aos costumes e vontades locais, respeito à natureza e suas particularidades, obtendo o sustento familiar, sem necessidade de acumulação. Em uma atividade de campo recentemente na casa de uma família camponesa no município Ji-Paraná/RO, deparou-se com a seguinte fala do camponês “*Se a gente cuida da natureza, ela cuida da gente*” (frase dita nas visitas de campo da Feira de Agroecologia e Sociobiodiversidade, no dia vinte um (21) de outubro de 2017).

Esta dissertação está organizada a partir de seu objetivo geral: Fazer um estudo acerca das possíveis contribuições da agroecologia para o processo de resistência dos jovens no Assentamento Padre Ezequiel Ramin em Mirante da Serra/RO, e também, de seus objetivos específicos: I - Fazer o levantamento do histórico das famílias pesquisadas no assentamento por meio de entrevistas com as lideranças e com as famílias

envolvidas, II - Identificar as famílias que produzem no sistema agroecológico no Assentamento, III – Mapear seu processo de produção, IV - Investigar a inserção dos jovens nos processos produtivos agroecológicos e V – Analisar a relação entre essa inserção dos jovens e a permanência no campo.

Para a obtenção das informações, compreensão e reflexão do tema em questão, a pesquisa se caracteriza pela abordagem qualitativa. Na coleta das informações, prioriza-se a pesquisa de campo e entrevistas semi-estruturadas, complementada com pesquisa bibliográfica e observações do pesquisador.

A produção e execução da pesquisa se deram em todo primeiro semestre do ano de 2017, foram realizadas entrevistas com oito famílias, sendo quatro jovens, dois dirigentes e dois técnicos que realizaram assistência técnica no assentamento em períodos recentes. O autor já desenvolveu acompanhamento técnico produtivo junto às famílias pesquisadas nos últimos três anos, atuando na organização para a produção de alimentos e para comercialização.

Utilizou-se como critério para selecionar essas famílias o sistema de produção praticado por elas, sua participação na feira de agroecologia do município de Mirante da Serra, e o fato de estarem morando no Assentamento e terem filhos presentes ou não na unidade produtiva. Todas as famílias pesquisadas passaram pelo processo de acampamento e de diversas atividades de formação política, além disso, são dirigentes em suas igrejas, associações, cooperativas, times de futebol e da Feira de Agroecologia do município. Os dirigentes foram escolhidos de acordo com sua atuação no assentamento, desde o processo de acampamento até os dias atuais e os técnicos de acordo com o trabalho que desenvolvem no assentamento juntos as famílias.

O levantamento do histórico das famílias pesquisadas foi uma etapa importante da pesquisa, saber como as coisas aconteceram até agora ajudou a entender o contexto atual, o trajeto de vida de cada família da imigração para o estado até o estabelecimento no assentamento, ressaltar o momento vivido, com a posse da terra e a liberdade de viver em seu próprio espaço, para os camponeses e camponesas é muito importante, valorizar a conquista;

A metodologia foi baseada em: *Pesquisa bibliográfica*, consulta nos autores que tratam do tema relacionado à pesquisa, dialogou-se e debateu com as principais obras com cuidado de interpretar bem o que os autores querem passar para melhorar suas contribuições na dissertação; e *Pesquisa de Campo*, com visitas de identificação das famílias e aplicação do questionário, assim como conversas para levantamento de informações

preliminares, essa parte se constituiu de observação dos jovens, de aspectos do dia a dia com a família, lazer, relação de trabalho, expressões, entre outros fatores que surgiram.

Para levantamento das informações foram feitas entrevistas semi estruturadas com as famílias que compõem o grupo de produtores/as agroecológicos de assentamento, com alguns dirigentes sendo construída a contextualização do assentamento.

Para o Estatuto da Juventude, que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude, segurado na Lei Nº 12.852 de 05 de Agosto de 2013, Jovens, para efeito dessa lei, e aplicação de políticas públicas, são pessoas com idade entre 15 a 29 anos. Para aplicação da pesquisa no Assentamento Padre Ezequiel, foi considerado a mesma faixa etária.

Todas as informações colhidas foram analisadas com um olhar externo, visto que o autor, apesar do trabalho desenvolvido no assentamento, mora a 120km do local da pesquisa e teve todo cuidado para não se envolver e influenciar nos resultados, os dados coletados, fez com que se buscasse uma percepção bem apurada da real situação em que se encontram as famílias.

O texto está organizado nos seguintes capítulos: no capítulo I discutiremos como está organizado o cenário agrícola no Brasil, a expansão dessa agricultura para a região Amazônica, a ocupação do estado de Rondônia com a implantação aqui do agronegócio e da agricultura familiar camponesa, e como surge o Assentamento Padre Ezequiel, no capítulo II aprofundamos na temática sobre a juventude Rural e agroecologia, no capítulo III apresentaremos nossa pesquisa de campo. Finalizamos este trabalho de pesquisa com algumas considerações finais que nos mostrará a realidade dos jovens rurais em Rondônia, tendo como amostra o Assentamento Padre Ezequiel em Mirante da Serra/RO.



## 2. O CONTEXTO DA PESQUISA – A CONSTRUÇÃO DO VIVER NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO

### 2.1. Cenário agrícola no Brasil e a ocupação da Amazônia

Este capítulo concentra-se em relatar o contexto atual da agricultura brasileira, porém, para situar a problemática, vamos percorrer ainda que introdutoriamente a história do Brasil agrícola. Nesta recuperação rápida, também situaremos a ocupação do estado de Rondônia e a constituição do Assentamento Padre Ezequiel, no município de Mirante da Serra, objeto de estudo dessa pesquisa.

O Brasil é conhecido como um país essencialmente agrícola, produtor de produtos primários. Depois de mais de três séculos de escravidão de populações negras e indígenas, cuja força de trabalho permitiu ao País cumprir o seu principal papel a “produção de produtos primários” para o mercado Europeu. Os sistemas políticos produtivos implantados no país, de 1500 até os dias atuais, foram para facilitar a transferência de bens *in natura* para países desenvolvidos.

Até a década de 1960, o Brasil era um grande produtor de lavouras para exportação, criação extensiva de bovinos e a produção de gêneros alimentícios que abastecia o mercado interno, todas essas atividades dependem de desflorestamento das áreas cultivadas. Para além dos produtos primários exportáveis, riquezas naturais como a madeira proveniente da derrubada do pau-brasil e minérios valiosos como ouro e prata, foram levados à Europa, deixando no Brasil um rastro de destruição e poluição.

A grande lavoura de exportação (desgraça econômica que vem desde a conquista portuguesa até os nossos dias), café, cacau, cana-de-açúcar e também pecuária bovina, desgraça econômica, socioambientalmente. Desde a invasão portuguesa, em 1500, o extrativismo florestal voltado para a exportação destruiu as matas de pau-brasil, hoje praticamente extintas (SANTILI, 2009 *apud* MACHADO 2014, p 45).

A disputa por terras no Brasil iniciou antes de 1500, quando Portugal e Espanha dividiram o direito de exploração das terras através do Tratado de Tordesilhas<sup>1</sup> em 1494 e se aprofundou com a distribuição

---

<sup>1</sup> Firmado em 04 de junho de 1494, entre Portugal e Espanha, o Tratado de Tordesilhas criava uma linha imaginária a 370 léguas de Cabo Verde que serviria

das capitânias hereditárias<sup>2</sup> 1534. Esse sistema consistia em dividir o território Brasileiro em grandes fatias e entrega-las a donatários portugueses, que assim pudessem passar pedaços menores de terras a colonos para que fossem exploradas com total poder sobre a área.

Para implantar o modelo agroexportador e estimular os capitalistas e investirem seu capital na produção das mercadorias necessárias para a exportação, a Coroa optou pela “concessão de uso” com direito a herança. Então, utilizando diversos critérios políticos e sociológicos, a Coroa entrega a capitalistas-colonizadores que dispunham de capital, enormes extensões de terras – que eram medidas em léguas, em geral delimitadas por grandes acidentes geográficos (STEDILE, 2012, p 23).

Apesar de não ter funcionado bem, os sistemas de distribuição de terras no Brasil sempre seguiram a linha da concentração em poucas e privilegiadas mãos, já que com o fim das sesmarias<sup>3</sup>, veio a construção da Lei de Terras em 1850, lei construída pelos grandes latifundiários.

Doravante todas as constituições no Brasil foram de proteção ao sistema latifundiário, exceção no governo de João Goulart no início da década de 1960, em que se chega a discutir uma proposta de Reforma Agrária logo interrompida com a tomada de poder pelos militares em 1964. Na constituição de 1988 vemos um avanço em termos legais em

---

de referência para divisão das terras descobertas no final do século XV entre os dois países.

<sup>2</sup> Criadas pelo rei de Portugal D. João III, em 1534, as Capitânias hereditárias se constituíam de um sistema de administração territorial. A metodologia era dividir o território brasileiro em grandes faixas para serem administrado por particulares, eram colonos escolhidos pela Coroa com direito de uso com objetivo de cultivá-las e explorar os recursos naturais, para assim colonizar o território Brasileiro, “Como o regime das sesmarias não estava dando certo aqui no Brasil, a saída encontrada foi criar um sistema mais atraente, que transferisse a árdua tarefa de colonização à iniciativa particular” (MONTANARI, ATRAZZACAPPA, 1999, p. 21).

<sup>3</sup> No Regime Sesmarial, as terras eram passadas aos colonos apenas com direito de uso, no Brasil as terras foram distribuídas aos colonos portugueses escolhidos pela coroa com objetivo de cultivá-las e assim tomar posse do novo território. “O regime das sesmarias era muito rigoroso, pois determinava que as terras distribuídas deveriam ser cultivadas dentro de um prazo determinado, que era de dois anos” (MONTANARI, ATRAZZACAPPA, 1999, p. 15).

que aparece nela, a desapropriação para fins sociais. Esta forma de ocupação do estado concentradora de terras e riquezas privilegia a quem?

Com o golpe militar de 1964, iniciou-se um processo de modernização conservadora da agricultura brasileira, caracterizada pela continuidade dos grandes latifundiários, que por essa nova via passaram a determinar os rumos da agricultura. Esse domínio da atividade agrícola se dava de duas formas. Segundo Guimarães (1968, p 202) “Em primeiro lugar, o domínio da propriedade e da exploração de metade do nosso território agrícola, em segundo lugar, o domínio de mais da metade das divisas obtidas com o comércio internacional por nosso país.” O governo militar financiou viagens de profissionais da área de agronomia para os Estados Unidos da América - EUA, a fim de aprenderem e instalar o modelo de agricultura americano no Brasil, o que viria a chamar-se de “Revolução Verde”, ou Modernização Conservadora.

Com a implantação de máquinas e insumos visando uma maior produtividade do solo e maior rendimento do trabalho. Segundo Machado (2014, p.55)

A Associação Brasileira de Créditos e Assistência Rural – ABCAR, criada na década de 1950, através das associações estaduais, levou assistência técnica gratuita aos produtores agrícolas nacionais, por meio dos pacotes tecnológicos, que nada mais eram do que receitas a serem aplicadas nas diversas regiões do país, nos cultivos e nas criações.

Algumas ferramentas foram criadas nesse período a fim de regular a distribuição e uso da terra, como o Estatuto da Terra, onde legalmente se encontra disciplinado o uso, ocupação e relações fundiárias no Brasil. Pelo Estatuto da Terra o Estado tem a obrigação de garantir o direito de acesso a terra para quem nela vive e trabalha, porém ao incentivar a mecanização no campo pela agricultura extensiva, aumenta a safra de grãos principalmente soja, milho e algodão sacrificando as pequenas culturas como arroz e feijão.

Mas, para que a manutenção do *status quo* na zona rural seja pacificamente garantida, cabe-lhes criar uma lei que, aos olhos dos camponeses, crie a expectativa da realização de uma reforma agrária radical. Neste intuito, apresentam o Estatuto da Terra como sendo a medida capaz de “impulsionar programas de reforma agrária integral, encaminhada à efetiva transformação das estruturas dos injustos sistemas de posse e uso da terra, a fim de substituir o regime de latifúndio e

minifúndio por um justo sistema de propriedade para o homem que a trabalha, fundamentando sua estabilidade econômica e garantindo sua liberdade e dignidade'. (PANINI, 1990, p.75).

Como resultado desse processo, os pequenos agricultores e, principalmente meeiros e arrendatários, perderam espaço tendo que procurar alternativas que basicamente se resume em migrar para áreas urbanas ou para fronteiras agrícolas.

Nesse período, também foram criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA, órgãos que tinham por finalidade coordenar às questões ligadas à distribuição e uso da terra, principalmente desapropriações. Esses órgãos tinham poder de ministérios, porém no Governo de Presidente Médici (1969/1974) houve a revogação do estatuto da terra, acabando também com o IBRA e o INDA. Em 1971 foi criado o INCRA, no lugar daqueles outros órgãos, como uma pasta dentro do Ministério da Agricultura, o qual está em atuação desde então, colocando o poder de decisão nas mãos do Ministro da Agricultura. Aos pequenos produtores rurais coube a questão: como fazer frente a esta nova forma de organização produtiva? Resistir? Adequar-se a ela? Muitos não tiveram opções e se adequaram. Outros, ou nas Ligas Camponesas, ou mais tarde no MST, resistiram.

Junto com a modernização conservadora da agricultura veio à necessidade de expandir as fronteiras agrícolas do Brasil, já que as áreas desmatadas, passaram a ser ocupadas pelos latifundiários com a implantação das novas tecnologias trazidas dos EUA, com isso o Governo Federal, aliado a vontade de expandir a fronteira agrícola criou projetos do colonização, principalmente na região amazônica, inicialmente nos estados de Rondônia, Pará, Amazonas e Acre. O processo de migração para a região amazônica se intensifica nas décadas de 1970, quando Rondônia triplica sua população. Segundo Nóbrega (2013, p.76) De acordo com dados do IBGE (2011), em 1970 a população do estado era de cerca de 110 mil habitantes e passou a quase 500 mil uma década depois.

Neste trabalho vamos nos concentrar na migração para as terras Rondonienses, inicialmente é importante esclarecer o conceito de migração que se tratará aqui *O migrar pobre aquele que sai de sua terra natal ou de ultima moradia, carrega consigo o cheiro, a saudade, a lembrança e ao mesmo tempo a esperança de conseguir com firmeza os objetivos de sua vida, objetivos que o ajudaram a decidir deixar o lugar* (PERDIGÃO, 1998, p.9).

Nota-se em uma linha histórica que a migração para Rondônia se deu em forma de ciclos, que compreendem primeiramente o ciclo da borracha (com pico no período de 1911 a 1914), período em que os migrantes, principalmente nordestinos, eram usados como força de trabalho para o serviço na extração de seringa. Naquele período, os seringueiros tiveram bastantes dificuldades, pois além da diferença de cenários acostumados à caatinga em meio a familiares e conhecidos de uma vida, se viam na floresta amazônica densa, sozinhos, isolados, confinados à floresta, um processo de semiescravidão.

Os donos dos barracões de seringas manipulavam os preços tanto dos produtos, fruto do trabalho dos seringueiros, assim como superfaturavam o preço dos produtos das vendas, deixando os trabalhadores sempre endividados. Com o fim do ciclo da borracha uma leva de famílias ficou jogada a própria sorte em meio à floresta.

Outro ciclo que contribuiu para a migração à Rondônia foi o das grandes obras que o Estado brasileiro construiu desde o final do século XIX e início do século XX, com destaque para o Forte Príncipe da Beira<sup>4</sup>, a Linha telegráfica de Candido Mariano Rondon<sup>5</sup>, a Ferrovia Madeira Mamoré<sup>6</sup>, os projetos de colonização<sup>7</sup> e a estrutura do estado. Nesse período necessitava-se de trabalhadores com capacitação técnica,

---

<sup>4</sup>.A coroa portuguesa, para garantir a rota do ouro entre o Grão-Pará e o Mato Grosso, fundou a Vila de Santo Antônio do Alto Rio da Madeira e o Real Forte Príncipe da Beira. A Vila de Santo Antônio localizava-se no início do trecho encachoeirado do rio Madeira, local estratégico para o entreposto de apoio, e o Forte Príncipe, nas margens do Guaporé, protegia os comboios de ouro escoados para Belém e Portugal dos vizinhos do Vice-Reino do Peru. (SOUZA, 2002, p.24).

<sup>5</sup> Um dos objetivos da Comissão Rondon foi o ordenamento dos espaços a partir de núcleos de atração indígena a cada 90 quilômetros. Construía a soberania do país, nos confins da República, e a manutenção da integridade do território “nacional”. (SOUZA, 2002, p. 32)

<sup>6</sup> A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré foi construída às margens dos rios Mamoré e Madeira, em Rondônia. “A ferrovia possibilitou a criação de uma identidade própria ao território compreendido entre os vales do Madeira e do Mamoré e essa identidade foi uma das bases para a criação futura do Território Federal do Guaporé, posteriormente, Rondônia” (TEIXEIRA, 2008, p. 47).

<sup>7</sup> O governo federal, com o argumento de “integrar para não entregar”, resolveu promover a colonização do Território Federal de Rondônia. A partir do INCRA, executando a implantação dos projetos, seria gradativo, mas decisivo, para a instalação de um novo estado da federação.

muitos profissionais vieram para Rondônia assumir as funções político administrativas.

Por fim, em 1970, vieram os projetos de colonização que trouxeram famílias que com dificuldades de se estabelecer em seus estados de origem, resolvem se aventurar para o estado de Rondônia, a fim de conquistar um espaço de sobrevivência. Para Ianni (1979, *apud* NÓBREGA, 2013, p. 77) essa ocupação pode ser caracterizada como uma reforma agrária espontânea.

Pouco a pouco, ou de repente, conforme as condições do lugar e as condições das quais provinham os migrantes, eles iam ocupando terras. Tratavam de constituir ‘morada habitual e cultura efetiva’ a fim de garantir fisicamente a posse e o uso da terra. Algumas vezes esses migrantes, chegados na região por sua conta e risco, ou atraídos e transportados por negociantes de vários tipos, são chamados de pioneiros.

Na prática, retirou as famílias camponesas sem capacidade de investimento de seu local de moradia, colocando-as para desbravar as regiões da Amazônia, conhecidas pelos animais ferozes e doenças. No caso dos trabalhadores nordestinos, o não investimento em estrutura para enfrentamento da seca fez com que as famílias se aventurassem para a região, até então desconhecida.

Figura 1 - Rodovia Federal BR364 – caminhos da expedição Rondon com a construção da linha de telégrafos.



Fonte: mochileiro.tur.br – 11/12/17.

Com o início dos projetos oficiais de colonização, Rondônia passa a receber a maior leva de migrantes de sua história vindos de todos os estados do país, com maior número dos estados das regiões sul, sudeste e centro oeste. O objetivo era assentar inicialmente 300 famílias no PIC<sup>8</sup> Ouro Preto atual Região de Ji-Paraná, porém, outras famílias foram agregando-se àquelas assentadas e demandando por mais assentamentos, promovendo um fluxo migratório permanente em busca de terras. A partir de então foram onze (11) projetos de colonização oficiais implantados em Rondônia pelo INCRA de 1970 a 1984. Segundo Nóbrega (2013, p. 76),

Para atrair as pessoas para essa região, uma intensa propaganda foi criada. Rondônia era a promessa de uma vida melhor, de progresso e desenvolvimento. Milhares de famílias migraram para o estado, movidas por essas promessas. De origens rurais esses migrantes também já vinham de outros deslocamentos anteriores que, não por acaso, era resultado também do processo de modernização do campo brasileiro que expulsava os camponeses de suas terras.

Na prática, o que diziam é que se não desmatasse as áreas, os camponeses<sup>9</sup> não teriam chances de ganhar mais áreas e ainda poderiam perder suas áreas conquistadas, com isso houve um grande desmatamento de áreas colonizadas, com prática de produção de grãos nos anos iniciais e criação de bovinos posteriormente. A ocupação desordenada e sem controle com o grande fluxo de camponeses que chegavam, gerou, no período conflitos que acabaram em morte, tanto de camponeses posseiros como de Indígenas.

---

<sup>8</sup> No início dos anos 70, o INCRA deu início à implantação de Projetos Integrados de Colonização- PIC, com investimentos de valores para a demarcação e distribuição de lotes de terras rurais, abertura de estradas, construção de pontes, implantação de infra-estrutura básica e atendimento aos colonos, com recursos do POLONOROESTE. “Os núcleos agrícolas foram organizados com lotes de 25 hectares, sendo 500m de frente por 500m de extensão, constituindo minifúndios voltados para culturas anuais: arroz, feijão, milho e mandioca. O objetivo declarado era o enraizamento do colono (seringueiros, soldados e os índios “civilizados”) por meio da pequena propriedade” (SOUZA, 2002, p.38).

<sup>9</sup> Para Neves e Silva (2008) O campesinato como categoria analítica e histórica, é constituída por poliprodutores, integrados ao jogo de forças do mundo contemporâneo, reconhecida pela produção, em modo e grau variável para mercado com força de trabalho familiar

Patrões e jagunços dos seringais disputavam esse espaço invadindo terras indígenas nos vales do Rio Jamari e do Rio Machado. Os seringueiros viviam nos centros e colocações, isolados no interior da floresta, presos à escravidão pela dívida “insolvente” no barracão (SOUZA, 2002, p.33).

Posseiros em busca de formar grandes fazendas entraram em guerra com famílias de pequenos agricultores que chegavam em busca de terras. A ocupação de terras indígenas existente até os dias atuais geram conflitos sangrentos, por não terem a demarcação definitiva de suas terras, longos processos se esticam na justiça para determinação da posse, enquanto isso as terras e as populações indígenas são dizimadas dia-a-dia.

Com pouca assistência de políticas públicas, doenças endêmicas, principalmente a malária, castigavam os camponeses, o acesso a postos de saúde era muito difícil que com estrutura precária não conseguia atender a contento toda a demanda. O acesso à escola também era muito pequeno e quando existia, era até a então quarta série dos anos iniciais.

Quando tinham acesso a financiamentos de incentivos agrícolas era para construção de infraestruturas para criação de gado e produção de café. Chegar às áreas urbanas ainda era muito difícil, principalmente para o escoamento da produção, com isso os camponeses dependiam da boa vontade dos donos das cerealistas de buscar a produção, pagando a eles o preço que desejassem pelo produto, além disso, chegar com um doente aos postos de saúde era um desafio muitas vezes não superado a tempo.

O fim da Ditadura Militar em 1984 não significou uma mudança na política, agora de expansão e modernização do estado de Rondônia, o pacote tecnológico para os grandes produtores continuou a ser fortalecido enquanto as políticas para a agricultura camponesa não entram na pauta. Becker (2001, p.136) observa que;

Foi com a formação do moderno aparelho de Estado, associada à sua crescente intervenção na economia e no território, que se acelerou e se tornou contínuo o processo de ocupação da Amazônia, com base na dominância absoluta da visão externa e privilégio das relações com o centro de poder nacional.

O incentivo ao investimento baseado em programas governamentais enfraquece sistematicamente a agricultura familiar camponesa, de governo a governo, mudam-se os programas implantados, propõem-se novas estruturas, novo tipo de culturas, não estabelecendo conexão de uma produção com a outra, outro fator é a não garantia de

preço dos produtos, com frequente superprodução sem mercado, com prejuízos sucessivos aos camponeses. As categorias de financiamento para custear a produção são baseadas na implantação dos pacotes tecnológicos trazidos com a revolução verde, muitas vezes complicando ainda mais a situação financeira das famílias camponesas, Nos termos da pequena produção, questiona-se: O uso de agroquímicos, fertilizantes, pesticidas resulta no quê?

Esse formato de ocupação deixou em Rondônia características bem definidas e diferenciadas por territórios. Temos mais ao norte do estado e nas divisas com o território Boliviano uma população ribeirinha, formada por nordestinos e indígenas, fruto da migração com o ciclo da borracha e das populações já existente no estado antes da ocupação, população que carrega costumes culturais muitas vezes próprios, são os chamados berradeiros.

Na região centro, temos os migrantes vindos dos estados principalmente de Espírito Santo, Minas Gerais e Paraná, compõem a maior parte das pequenas e médias unidades produtivas do estado, camponeses acostumados com a produção de café, cacau, grãos e leite. Nessa região concentra maior parte dos Movimentos Sociais de resistência e luta no campo e a maior parte dos assentamentos rurais com municípios ainda essencialmente agrícolas.

Já ao sul do estado concentram os migrantes da região sul do Brasil, principalmente Gaúchos e Paranaenses, com alto poder aquisitivos, com grandes investimentos em maquinários agrícolas que formam o núcleo forte do Agronegócio no estado. Todo esse cenário também influencia na composição das áreas urbanas, as grandes franquias comerciais, por exemplo, chegaram com mais rapidez ao sul do estado e na capital Porto Velho.

## **2.2. Rondônia no contexto rural**

### **2.2.1 Fortalecimento do agronegócio: desenvolvimento sem trabalhadores no campo**

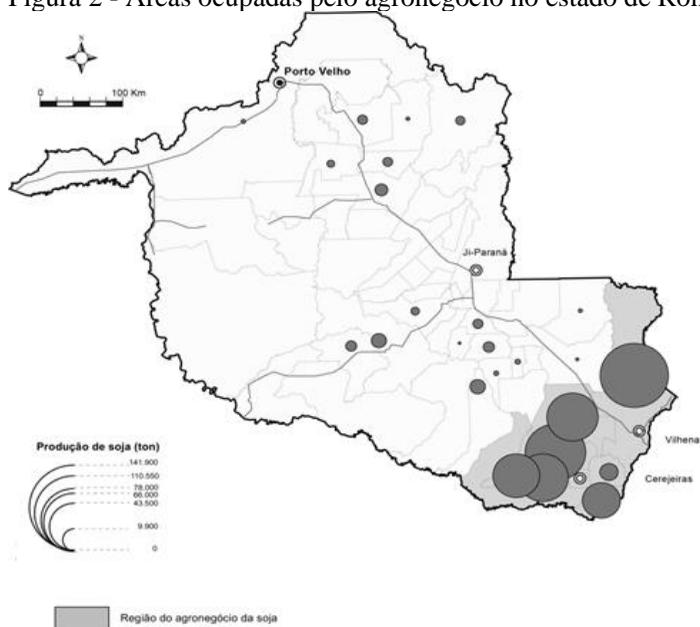
O agronegócio em Rondônia, assim como em todo mundo, caracteriza-se pela racionalidade do capital, iniciando pela região sul do estado, com produtores vindos principalmente dos estados de Rio Grande do Sul e Paraná que injetaram grandes volumes de tecnologias na produção, procurando uma escala produtiva cada vez maior, em uma mesma área, como os monocultivos da soja e milho transgênicos, gerando alta produtividade do trabalho e rentabilidade econômica, substituindo

sistematicamente a força de trabalho humano por máquinas, com uso intensivo de insumos químicos, principalmente Agrotóxicos e adubos.

Por dominar mais da metade de nosso território agrícola, a classe latifundiária absorve e controla mais da metade da renda gerada no setor agrário, recebe muito mais da metade do crédito agrícola e controla de fato a política de crédito: determina e orienta a política de armazenagem e de transporte, a política de preços agrícolas e, em decorrência a dos preços em geral; influi poderosamente sobre a política governamental de distribuição de favores e facilidades e canaliza para si as subvenções e outros recursos que deveriam encaminhar-se para os setores mais necessitados da agricultura (GUIMARÃES, 1968. p. 203).

Aliado ao grande mercado global de produção de *commodities* (mercadorias agrícolas padronizáveis), que controla toda a produção agrícola mundial, o agronegócio Rondoniense, tem elevado ao extremo a exploração das áreas agricultáveis na região que ocupa, principalmente no município de Vilhena, maior produtor do agronegócio Rondoniense localizado no extremo sul do estado, em que é possível visualizar lavouras de soja e milho a partir das áreas urbanas. O cenário rural agrícola determina o espaço urbano, segundo Santos (1993, p.50). “*Com a modernização agrícola, o consumo produtivo tende a se expandir e a representar uma parcela importante das trocas entre os lugares, da produção agrícola e as localidades urbanas.*”

Figura 2 - Áreas ocupadas pelo agronegócio no estado de Rondônia.



Fonte: IBGE, 2014

Os municípios de Rondônia têm-se preparado para o contexto agrícola, encabeçado pelo agronegócio, casas para venda de produtos e máquinas agrícolas são encontradas com grande facilidade. As festas agropecuárias com cavalgadas são realidades de todos os municípios, com apoio do poder público de todas as esferas. No centro do estado acontece uma feira exclusiva para mostrar as ações do agronegócio, financiada com recursos públicos. Com o *slogan* “Rondônia estado natural da pecuária” é disseminado a ideia de crescimento através da produção de leite, carne, soja e milho.

Há um bombardeio de propagandas elogiando o sistema de produção do agronegócio. Fala-se na inclusão dos camponeses através do agronegócinho, em que os pequenos agricultores devem se especializar em produzir um único produto, com emprego de tecnologias, sacrificando o solo e seu poder financeiro. Certamente, o viés aqui não leva em conta homens e mulheres, nem do campo, nem da cidade, há uma matriz produtiva mundial que se impõe sobre os trabalhadores. Como resistir?

A ocupação do território rural pelo agronegócio em Rondônia tem gerado um chamado esvaziamento do campo, principalmente por

parte da juventude, como veremos em detalhe mais a frente. O fluxo de famílias rurais indo morar no espaço urbano, principalmente das grandes cidades é muito grande, “de diferentes maneiras, as terras agrícolas e as florestas são arreatadas, com fins comerciais, das e dos pequenos produtores, pescadores e pastores, o que conduz ao deslocamento de populações, á fome e a pobreza” (Revista concentração corporativa, 2010, p. 43).

As pressões sobre os camponeses vêm de variadas formas, como a desvalorização de sua produção. O que se questiona sempre é a falta por parte do governo federal, de uma política de garantia de preço mínimo dos produtos, que acabaria com a oscilação de preços, assegurando aos agricultores uma remuneração mínima pelos produtos, isso garantiria as regiões que a produção de alimentos continuaria, pois tendo a garantia dos preços seria mais confiável as famílias camponesas, manter sua produção. Por outro lado a não garantia de preço mínimo os deixa nas mãos dos atravessadores que fazem como desejam com a produção em seus períodos de colheita, praticando preços muito baixos, muitas vezes inviabilizando a produção.

Outro fator de pressão sobre as famílias produtoras é a baixa produtividade, com a falta de acesso à tecnologias que a cada ano ficam mais caras, as famílias tem visto seus solos cada vez menos produtivos, com a maior produção vinda do leite, tem-se pastagens cada vem mais degradadas. Segundo Machado (2010, p.33).

Com o emprego de produtos de síntese química – fertilizantes e agrotóxicos – cujas matérias primas são finitas, e as técnicas agressivas de manejo e uso do solo continuam sendo utilizados, em razão de uma propaganda massiva e também porque os resultados produtivos de seu uso, ainda que enganosos, aparecem imediatamente. O que não aparece imediatamente são as consequências danosas à economia do produtor, a saúde do ambiente e a tranquilidade da sociedade.

A baixa produtividade reflete na renda, o que força o camponês a tomar medidas para melhorar sua vida, muitas vezes, vender sua unidade produtiva e se aventurar nas áreas urbanas ou avançar para fronteiras agrícolas a procura de mais terras para cultivo ou terras produtivas. Os solos amazônicos são ditos solos rasos de pouca fertilidade natural, que necessitam de cobertura vegetal frequente, quando a mesma é retirada, a consequência imediata é a perda da fertilidade e baixa na capacidade produtiva.

As terras já desmatadas, localizadas as margens das rodovias, vão sendo compradas por agentes do agronegócio rondoniense que praticam uma agricultura devastadora dos recursos naturais, e desta forma envolve as famílias camponesas que resolvem permanecer nesses espaços com propagandas que prometem aumentar a renda das famílias, apoiados pelos bancos que oferecem formas de financiamentos, visando fortalecer a agricultura chamada de “agricultura do lucro certo”. Segundo Machado (2014, p.61)

A agricultura industrial se apoia em três princípios, uso de fertilizantes de síntese químicas, venenos contaminantes da vida humana e da vida do ambiente, os agrotóxicos e as monoculturas que destroem a biodiversidade. Para gerar formas de reprodução do capital, que é, finalmente, o objeto dos detentores do controle dessas indústrias, o capital financeiro internacional.

Em Rondônia, os detentores da produção do agronegócio no campo são os mesmos que possuem as casas vendedoras de produtos químicos voltados a produção agrícola, que são os mesmos que controlam os meios de comunicação e, quando não são políticos exercendo cargos eleitos ou chefiando secretarias, são “padrinhos” de alguém que está lá, ou seja, criam uma rede de domínio, para passar uma imagem de sucesso do sistema produtivo, envolvendo a população que fica refém das articulações desse grupo de domínio. As políticas criadas, tanto na esfera estadual quanto municipal, obedecem a ordem do grupo dominante, que visam, alta lucratividade e manutenção no poder.

O que se vê na atualidade do campo rondoniense é um aumento significativo do desmatamento, avanço do agronegócio sobre áreas antes dominadas pela agricultura camponesa, avanço de posseiros sobre as áreas de reservas ambientais e sobre as terras indígenas, gerando um índice de violência no campo, inchaço dos espaços urbanos principalmente das cidades polos, pelos jovens e idosos, gerando desemprego e violência generalizada, pois as cidades não possuem estruturas para receber esse contingente de pessoas e um grande número de pessoas contraindo doenças degenerativas, como câncer além de pessoas com depressão.

Conclui-se que o agronegócio rondoniense, como em todo o país, concentra riqueza em pequenos grupos, destrói a biodiversidade, corrói a fertilidade do solo, exclui a possibilidade de uma produção agronomicamente diversa em termos produtivos, porque tem como centralidade a especialização produtiva. Tirando um grupo de

privilegiados, que obtêm o lucro maior e que usufruem da estrutura política do estado e de todas as facilidades advinda dessas políticas, toda a população sofre, tendo que conviver com a perda de seus espaços de trabalho, endividamento frequente, doenças cada vez mais agressivas e sem assistência do Estado, destruição das famílias pela violência e uma renda cada vez menor. Nos perguntamos, quais os elementos que indicam que pode haver um caminho para a produção camponesa?

### **2.2.2. Agricultura Familiar Camponesa: a busca por novas possibilidades para a vida**

Como vimos até aqui, a ocupação do estado de Rondônia, principalmente do espaço rural, tinha objetivos bem definidos. Diante deste contexto, os migrantes que aqui chegaram a partir da década de 1970 até os dias atuais, sempre desenvolveram um papel de desbravar os espaços, principalmente no enfrentamento com as dificuldades estruturais iniciais, doenças, enfrentamento com os indígenas e servindo de força de trabalho barata, disponível à exploração.

Cabe aqui destacar que a categoria analítica “Agricultura Familiar”, destaca-se que a partir da década de 1990 com a criação do Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF, pelo Governo Federal. Segundo Junior e Heredia (2009, p.215)

Foi quando a política de crédito a juros reduzidos privilegiou de forma inédita uma faixa de agricultores de menos recursos econômicos, desvinculando-os dos grandes produtores que se haviam beneficiado, desde a modernização conservadora promovida pelo regime militar.

A partir de então, criaram-se políticas públicas, ainda que muito reduzidas, de fortalecimento da agricultura familiar. Segundo a Lei Federal 11.326 de julho de 2006.

É considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família.

As dificuldades das famílias camponesas se estabelecerem no estado, logo após a chegada, impôs um atraso em sua composição financeira. Ao saírem de seus estados de origem, por falta de estrutura para viagem, tinham que trazer o mínimo de bagagens possível.

Nos relatos colhidos nas entrevistas, os agricultores, dizem que era apenas um caminhão para trazer entre cinco e oito famílias, cada uma com seus três a cinco filhos, com animais e seus cacarecos<sup>10</sup>, de oito a doze dias de viagem para chegar a um local de mata virgem sem assistência nenhuma, e sem ferramentas de trabalho. Segundo Nóbrega (2013, p.77);

Havia mais famílias do que terras a oferecer e as que restavam não eram produtivas. Os camponeses que chegaram em busca de uma vida melhor viam-se diante da necessidade de empregar capital intensivo na prática agrícola para obter algum ganho, dada a qualidade da terra. Com isso, muitos se endividaram e tiveram que vender seus lotes, o que caracterizou uma alta rotatividade entre os colonos. Os lotes eram vendidos para os grandes fazendeiros da época, que assim detinham, a partir da concentração fundiária, maior poder.

Mesmo com todos esses entraves, principalmente na região central do estado, a partir de meados da década de 1990, com ajuda dos Movimentos Sociais do Campo, dentre eles o MST e o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, a Agricultura camponesa se organiza para resistir no campo. Cresce com muita força as ações da Federação dos Agricultores na Agricultura de Rondônia – FETAGRO, por meio de seus Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTRs. Através das lutas, surgiram alguns programas públicos de incentivo à Agricultura Familiar e foram constituídos Assentamentos Rurais que ajudaram famílias que não tiveram acesso à terra nos Projeto Integrados de Colonização e famílias que se formaram em Rondônia, descendentes dos migrantes que aqui chegaram nas décadas anteriores a acessarem um espaço de trabalho.

Com a ocupação do eixo da Rodovia Federal BR 364, que outrora foi toda desmatada para implantação de suas atividades agrícolas, houve uma baixa na produção, influenciada pelo sistema de produção implantado, já alinhado com os pacotes da modernização agrícola, falta de uma política de preço mínimo para os produtos derivados da

---

<sup>10</sup> Expressão utilizada para caracterizar a mobília que a família trazia de seus estados de origem para iniciar uma nova vida no estado de Rondônia.

exploração do solo e um aumento vertiginoso dos preços das terras. Foi inevitável um processo massivo de venda de terras, gerando um fluxo de famílias agricultoras para os centros urbanos e/ou avanço sobre as fronteiras agrícolas gerando conflitos sociais entre posseiros, extrativistas e índios, como resultado um contingente de famílias volta à condição de sem terras.

O grande número de famílias sem terra motivaram agentes da Comissão Pastoral da Terra – CPT<sup>11</sup>, ligada à igreja católica e de sindicatos de trabalhadores rurais a participar do encontro nacional do MST em 1984 no estado do Paraná. Esses agentes voltaram para o estado, motivados a articular a luta pela terra em Rondônia.

As primeiras ocupações não tiveram muito sucesso, porém, em 1988 é constituído um acampamento no município de Espigão do Oeste, que viria a ser o atual Assentamento 25 de Julho. A partir daí na década de 1990, o MST coordenou outras ocupações e se consolida como movimento de resistência no interior do estado, fortalecendo a organização do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, Movimento dos Atingidos por Barragens- MAB e posteriormente da VIA Campesina Rondônia.

A luta organizada por terra e direitos passa a ser a saída para muitos trabalhadores e trabalhadoras que tinha como prática de vida a produção agrícola, vindos de famílias pobres, sem condições de aquisição de espaço para trabalho, não querendo encarar a vida de sub assalariados, na zona urbana e cansados de plantar para os outros, os acampamentos passam a ser uma alternativa motivadora. O final da década de 1990 e início da década de 2000, com muita luta e organização, o MST conquista varias áreas, entre elas a área do assentamento Padre Ezequiel, no Município de Mirante da Serra objeto de nossa pesquisa.

Com a conquista dos assentamentos era preciso discutir a organização dos mesmos e a produção, que inicialmente era para subsistência, focada na produção de alimentos, com destaque para arroz, feijão e milho. Passando o tempo, a produção passou a estar concentrada

---

<sup>11</sup> A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi constituída em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam.

no leite, com alto índice de uso de agrotóxico, projeto de produção aliado com a agricultura convencional, praticada nas demais áreas do estado.

O desafio agora é dialogar com os assentados sobre a importância de se produzir comida limpa, sem uso de produtos de síntese química, esse é o atual desafio do MST em suas áreas conquistadas. Discutir a agroecologia – tema que aprofundaremos mais adiante – superando os velhos vícios produtivos implantados pela revolução verde, endossado pelo estado e aceito pelos produtores. Para uma síntese formulamos a pergunta: Quais ferramentas são possíveis para que os movimentos sociais, como o MST, possam construir caminhos tendo como base a agroecologia?

### **2.3. O Assentamento Padre Ezequiel – Caminho para afirmação camponesa**

O Assentamento Padre Ezequiel, é fruto de um intenso processo de trabalho, luta e resistência da militância do MST e das famílias que fazem parte do assentamento, assim como das famílias assentadas nos arredores que foram convocadas a ajudar nos momentos de conflitos.

A formação do acampamento Padre Ezequiel se deu no ano de 1997, quando 200 famílias, mobilizadas e organizadas pelo MST, ocupam a fazenda Urupá, situada no município de Mirante da Serra, região central do Estado, cerca de 374km da capital Porto Velho. Com a consolidação do acampamento Padre Ezequiel, parte das famílias são indicadas para ajudar na organização de outro acampamento que veio surgir na região em meados de 1998 no Distrito de Tarilândia, pertencente ao vizinho município de Jaru. O acampamento se chamava Antônio Conselheiro e ocupou a fazenda São Francisco na Linha 25, no Distrito de Tarilândia. As famílias que foram do assentamento Padre Ezequiel auxiliar no novo acampamento, voltaram assim que terminaram a organização das famílias no sistema discutido, nos acampamentos do MST.

Em setembro do ano de 1999, em audiência com o INCRA, a coordenação do acampamento descobre que a fazenda São Francisco era averbada<sup>12</sup> e não podia ser negociada, tendo que desocupar a área. Nesse período ocorre um esvaziamento do acampamento Antônio Conselheiro, então, se define por juntar as famílias do acampamento esvaziado ao acampamento Padre Ezequiel, formando uma só ocupação com a intensão de massificar a luta. Nesse período o acampamento Padre Ezequiel estava vivendo muitos conflitos internos com muitas desistências.

---

<sup>12</sup> Já havia sido documentada em nome do proprietário, não estando mais sobre o poder da União.

Foi feito um acordo com o INCRA para que o acampamento saísse da área ocupada para não sofrer despejo, com a promessa de em sete meses apresentarem uma área para serem assentadas. O acampamento se divide e parte fica do lado da fazenda, como pressão para o INCRA e demarcando território, outros acampam na área do assentamento Palmares. As áreas apresentadas pelo INCRA após o acordo não agradaram os acampados e havia uma demora na apresentação de novas áreas.

Em 02 de outubro de 1999 foi feita a reocupação da fazenda Urupá, da primeira vez frustrada pelo enfrentamento com jagunços que faziam a segurança da fazenda, foi feita então, a reocupação logo depois por outro lado da fazenda, período de muitas perseguições às lideranças do acampamento. A partir desse momento foi feito um processo de organização dos dois acampamentos em um, teve saída e entrada de famílias. A área foi negociada e liberada virando assentamento no ano de 2001. Quando se inicia o debate sobre a organização da área, definindo as unidades produtivas em modelo de agrovilas.

A fazenda Urupá foi um dos maiores latifúndios registrados no estado, e foi alvo de três assentamentos do MST. Inicialmente em 1996 foram assentadas 323 famílias do Assentamento Palmares, logo depois foi criado o Assentamento Margarida Alves com 208 famílias assentadas, ambos no município de Nova União e em 2001 o assentamento Padre Ezequiel com 200 famílias no Município de Mirante da Serra.

As famílias que compõe o grupo de assentados no assentamento Padre Ezequiel, assim como nos demais assentamentos, são as famílias que no processo de migração das últimas décadas, não conseguiram acessar a terra, grande parte, são os filhos que vieram crianças nas décadas de 1980 e 1990 com os pais, e agora a maioria com suas famílias, procuram se consolidar no estado.

O formato de organização do assentamento Padre Ezequiel foi definido em agrovilas, com a unidade produtiva em forma de raio de sol, permitiu que as moradias ficassem mais próximas, com mais contato entre as famílias. Segundo Márcio<sup>13</sup>, um dirigente do assentamento, *“depois de 17 anos de assentados, muitas opiniões mudaram, pois as moradias próximas ajudam em várias questões como baratear as instalações de energias nas casas, porém, há animais invadindo espaços do vizinho, som*

---

<sup>13</sup> Camponês do Assentamento Padre Ezequiel, dirigente do MST e presidente da Cooperativa do Assentamento, em entrevista concedida no dia 06 de Setembro de 2017.

*em volume alto, enfim, tem muitas coisas que geram conflitos, mas a convivência no assentamento é muito saudável”.*

Ao chegar ao assentamento, à primeira preocupação foi a construção das moradias, cavar os poços amazônicos para captação de água, cavar as fossas, tudo feito com a cooperação entre vizinhos, devido a falta de recursos para contratação de força de trabalho. Após a identificação da unidade produtiva, juntavam em grupos de famílias, para fazer as primeiras construções em mutirões, logo depois foi o preparo da área para plantio, o que aconteceu em formato de troca de dias. Segundo Márcio, *“para aproveitar o pós chuva ou a fase da lua, os camponeses se uniam para fazer o preparo da área e os plantios todos mais rápido, a alegria vista nos camponeses em estar em seu pedaço de terra se expressava na convivência do dia a dia”.*

No início se praticava a produção de alimentos básicos para alimentação da família, com venda do excedente, havia muita colheita de arroz, feijão, milho, batata, mandioca dentre outros, também foram plantadas muitas lavouras de café e cacau. Os assentados criavam muitos animais como galinhas caipiras, suínos, cachorros, gatos e após acessarem o Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF, que foi oferecido como financiamento das ações produtivas aos assentados, compraram bovinos para iniciar a criação.

Chegou também através do INCRA o programa de habitação para construção das casas, além de um custeio inicial chamado Fomento, aparecendo assim os primeiros veículos motorizados no assentamento, porém o transporte oficial ainda continuava sendo a bicicleta e a carroça de tração animal. Assim que saíram os recursos para investimentos nas unidades produtivas, formaram-se as primeiras associações para facilitar a aquisição de equipamentos de trabalho como triturador, batedor, máquina de pilar arroz, dentre outras.

No processo produtivo, a maioria das famílias adotou como prática a adoção de técnicas convencionais, com uso de agrotóxico no preparo da área e no combate a insetos, porém um grupo de famílias, que, conhecendo os malefícios do veneno, optou por uma vida sustentável, não utilizando produtos químicos na produção, pois acreditam que temos apenas o direito de usar o espaço que nos foi dado, mas que não podemos intoxicar o solo, as águas nem os alimentos. Essas famílias logo depois se juntam a outras fora do assentamento e formam a Feira de Produtores da Agricultura Camponesa – FEPAC que, até os dias atuais, sempre as quartas feiras à tarde, e oferecem alimentos saudáveis a população, esse tema será aprofundado no capítulo III.

O maior desafio colocado para as famílias do assentamento é a geração de renda. Com o tempo, há o desgaste do uso do solo, limitando sua fertilidade natural. Na atualidade, as lavouras que ainda são encontradas nas unidades produtivas são de café e o cacau, a produção de lavouras anuais existe apenas entre as famílias agroecológicas, a renda familiar é fixada a partir da produção de leite, com pastagens degradadas, problemas de genética no gado e pouca força de trabalho, pois a juventude tem ido buscar seu espaço fora do assentamento.

### 3. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA DA JUVENTUDE E DA AGROECOLOGIA

#### 3.1. O jovem e o rural

A proposta para o rural implantada hegemonicamente em Rondônia não se diferencia substancialmente das demais regiões do Brasil. Como vimos no capítulo anterior, desde sua ocupação a construção do território rondoniense é de servidão a um sistema explorador de matéria prima para exportação, de expulsão das famílias camponesas do campo, com a desvalorização de suas atividades e implantação de sistemas produtivos baseados no uso de tecnologias inacessíveis aos camponeses, principalmente pequenos proprietários.

O mercado internacional está cada vez mais buscando espaços para atender suas demandas de *commodities*, porém o debate central não está na produção de alimentos para consumo humano, e sim na busca de lucro como um fim em si mesmo. Nesta lógica não se considera o que essas ações têm deixado como saldo negativo para os territórios locais, principalmente para as famílias camponesas, que perdem seu local de trabalho e passam a ter como opções a zona urbana ou avançar para as fronteiras agrícolas. No caso de Rondônia, viraram posseiros em reservas da União e nas comunidades tradicionais e indígenas, na busca de manter seus espaços, com muitas lutas fatais a muitos e muitas camponeses/as.

Segundo dados do Caderno de Conflitos 2017 da CPT, Rondônia é um dos estados que mais morrem trabalhadores/as no campo por assassinato no Brasil, além das agressões sofridas pelas comunidades tradicionais e indígenas que são espremidas em locais muito menores que os habituais, já que, na maioria destas comunidades não tem registro reconhecido das terras destinadas a esse público, ficando a mercê do entendimento dos juízes das comarcas locais, muitas vezes com processos que se estendem por décadas. Essa prática do grande capital, tem colocado frente a frente, posseiros e indígenas na disputa direta por terras.

Entre as famílias camponesas, busca-se acompanhar as demandas de mercados locais, até porque no estado não existe uma política de preço mínimo que dá ao produtor/a uma garantia que seu produto terá mercado. A demanda aberta no estado é a produção de leite e carne bovina, o acesso a laticínios e frigoríficos é facilitado, inclusive pelo escoamento da produção feito pelas empresas.

Para as famílias camponesas que possuem pequenas áreas de terras, os chamados “chacareiros”, restam atender a demanda de alimentos locais. Eles são feirantes, vendedores ambulantes ou atendem

aos pequenos comércios servindo produtos de base agrícola, esse formato de mercado se faz muito importante para a região, já que atende a demanda local de alimentos básicos das famílias, principalmente nas áreas urbanas.

A agroecologia no estado acontece nesse formato de produção, famílias que buscam oferecer uma alimentação de qualidade aos consumidores, porém a construção do espaço rural rondoniense em sua maioria se deu a partir da agricultura convencional, incentivado por um modelo de produção consumidor de recursos naturais e sintéticos. Para Ferreira (2016 p. 333)

O espaço do campesinato foi produzido no período de 1970 a 1995, a partir da política de colonização agrícola. Contudo, com a espacialização da soja e a expansão da pecuária de corte a coerência regional se fragmenta em dois processos geográficos: I) a soja exclui o campesinato de seu espaço local, subalternizando-os na economia regional, onde o agronegócio dos grãos se territorializa; II) na pecuária, a participação camponesa comparece na condição de produtor de mercadoria com a criação de gado, ao passo que os médios e grandes pecuaristas compram o rebanho bovino dos camponeses, fazendo o processo de recria e engorda e, por fim, comercializando-os com os grandes frigoríficos.

As famílias camponesas por não produzirem em quantidade suficiente para buscar mercados maiores, se sujeitam aos atravessadores para comercializar suas produções. E Mirante da Serra, um município pequeno distante geograficamente dos maiores centros urbanos os chamados atravessadores, ficam como a única opção de comércio.

A partir deste contexto rural desenhado em Rondônia, a reflexão deste capítulo é, qual a função da família camponesa na lógica rural e como a juventude pode ser inserida e permanecer no campo? Ferreira (2016 p.335) enfatiza que

Há uma transição agrária e agrícola com fortes recuos dos camponeses indicada na diminuição da população rural, na redução da área média das propriedades familiares e conseqüente formação de minifúndios, na especialização produtiva (ao se dedicarem a somente um produto) e no processo migratório (para o campo e cidade), transformando o espaço rural Rondoniense.

O avanço sobre a Amazônia dos grandes projetos agrícolas vem a partir de uma demanda do agronegócio que, com espaços cada vez menores nas regiões mais exploradas como sul e sudeste do Brasil, encontram na Região Amazônica o que necessitam para sua expansão, terra e capital, com forte apoio político e de setores midiáticos, com propagandas positivas atreladas a presença de grandes empresas, que são controladas por grupos como Cargill, Maggi, JBS-Friboi, Marfrig, Minerva e outras empresas regionais.

Não houve (ou pelo menos não foi encontrado) registro de estudos feito para analisar a situação das comunidades que aqui se encontravam quando os projetos de colonização foram propostos para Rondônia, há mais de 100 anos, ocasião em que camponeses nordestinos chegaram para exploração da borracha na região norte do estado, formando uma população ribeirinha bem característica, pois viviam da extração do látex e da pesca artesanal. Comunidades indígenas viviam na Amazônia a milhões de anos, com populações constituídas, eram milhares e milhares, e por último comunidades negras se formaram com negros e negras que, fugindo da escravidão, chegaram a este território, construindo comunidades e se estabelecendo as margens dos rios, sobrevivendo do extrativismo natural.

Para os agentes do agronegócio, há a necessidade de trazer para Rondônia o desenvolvimento, pautando as propostas políticas de alguns candidatos principalmente senadores e governadores. A proposta de desenvolvimento para a Amazônia, tendo como base o que foi implantado no campo em todo o Brasil, se tornou um anti projeto ambiental ou uma proposta de destruição das comunidades locais, com exploração massiva dos bens naturais – madeiras, minérios – destruição das matas nativas, implantação de culturas e criações exóticas – soja transgênicas, milho híbrido, café clonal<sup>14</sup>, bovinos, peixes de cativeiros e destruição dos saberes local.

O trabalho de convencimento é tão grande que não é difícil encontrar discurso de camponeses/as desqualificando a atividade rural, principalmente a produção de alimentos. Falas como “*estude para arrumar um bom emprego e ser alguém na vida*”, colocada muitas vezes como desejo futuro das famílias, “*produzir grãos não vale a pena, melhor mesmo é criar boi, que não dá trabalho e dá lucro*”. Essa mentalidade é repassada pelas famílias aos jovens, que, ao almejamem coisa melhor,

---

<sup>14</sup> São variedades de cafés selecionados geneticamente em laboratório com a intensão de melhorar a qualidade, quantidade e padronizar a produção.

pensam o espaço urbano, como alternativa mais viável, principalmente para acessar emprego, graduação e lazer.

Em muitos locais até o acesso ao nível médio é restrito pela distância ou pelo fato de não haver aulas no período noturno. Segundo relata Bof, Moraes e Silva (2006, p.71),

As escolas do meio rural no Brasil atendem a, aproximadamente, 18% da população em idade escolar para o ensino fundamental. De um modo geral, constata-se que as condições educacionais das zonas rurais são desvantajosas em relação às das zonas urbanas.

A baixa população na zona rural é usada como justificativa para os administradores da educação no Brasil, como pretexto para uma desativação em massa das escolas rurais. Em Rondônia o número de escolas na zona rural é cada vez menor.

Uma política amplamente difundida nas últimas décadas para “solucionar” os problemas vivenciados pelas escolas isoladas tem sido a nucleação. Vários governantes optaram por eliminar as escolas isoladas e construir escolas-núcleo ou escolas-pólo para atender as crianças de uma determinada região. Esse processo vem sendo alvo de inúmeras discussões. De um lado, há os que a defendem sob o argumento da igualdade de condições de oferta; de outro, há os que a condenam pelas condições inadequadas de transporte, longas horas de traslado que a criança pode ser submetida, além da não-garantia de qualidade de ensino e custos elevados (VASCONCELLOS, 1993 apud BOF, MORAIS e SILVA 2006, p.72).

Essa política educacional afasta as crianças e jovens de seu núcleo de criação, fazendo com que se perca, dia após dia, suas referências culturais do campo, por passar varias horas nos ônibus para chegar à escola e posteriormente para voltar em casa, somando isso ao tempo em que passa na escola, a maior parte de seu dia é longe de casa.

Toda infância, adolescência e início da juventude é assim, o jovem passa parte do dia na cidade em busca de cumprir sua agenda de estudos. O desafio de buscar a afirmação, incentivado pela realidade urbana de ter sua própria renda, gera muitas vezes desgaste na família.

No campesinato, o grande administrador dos bens familiares é o marido, ficando os demais componentes, submissos à sua vontade. Pelo que se observa, esse é um dos maiores incentivos à transferência de jovens

para as áreas urbanas, a necessidade de ter sua própria renda e de provar para a família que pode viver de seus esforços, com a ilusão de liberdade propiciada pelo urbano “Entre os jovens agricultores familiares, a autonomia material refere-se às condições que possibilitem aos jovens construir um espaço próprio no processo de trabalho familiar agrícola e obter uma renda própria” (WEISHEIMER, 2009, p.154).

O não conseguir realizar seus projetos agrícolas nas unidades produtivas familiares para obtenção de renda leva os jovens a buscar renda fora, “No caso das mulheres, ou mesmo dos jovens, trabalhar fora representa a possibilidade de construção de um outro imaginário, mesmo que não explicitado, sob a ótica da conquista” (Tedesco 1999; Woortmann, 1984 *apud* STRAPASOLAS, 2006, p. 141). A conquista de renda financeira é considerada uma conquista para a família, e se isso acontecer sem mexer no espaço de trabalho familiar satisfaz ainda mais a todos. É cultural que os pais queiram que o filho estude, segundo eles, para ter uma vida melhor, ganhar bem, e não ter que enfrentar o sol quente diariamente.

O ser jovem rural nos dias atuais vai para além da vontade de permanecer no campo. O valor financeiro da terra para aquisição praticamente inviabiliza o acesso por parte dos jovens de famílias de baixa renda. A renda da terra não mudou muito nos últimos anos, os preços dos produtos agrícolas tem aumentos insignificantes, comprometendo o ganho familiar. Precisa discutir com a juventude projetos de vida para o campo, construir algo que seja viável, tanto financeiramente quanto ambientalmente, só assim, aliando produção com preservação, conseguirá dar continuidade aos trabalhos na unidade produtiva, e será possível discutir sucessão rural.

### **3.2. Agroecologia – Alternativa para reprodução camponesa**

O campo rondoniense é expressão da capitalização da atividade rural, as atividades baseadas na comercialização, a busca por maior produtividade do solo com menor investimento de tempo e recursos financeiros tem tomado conta das ações das famílias. Não há preocupação com os bens naturais, os solos passam a ser um mero fixador das plantas e não um ambiente de vida.

Partindo desse pressuposto, vê-se que é urgente e necessária, uma reorganização da produção agrícola, que possa ser pensada, a partir das unidades de produção camponesa, com planejamento de tecnologias orientadas pelo enfoque agroecológico, com programas de formação em agroecologia em todos os níveis, que possa atender todas as famílias camponesas do país. Para Schmitt (2013, p.173), a agroecologia busca

integrar diferentes campos do conhecimento científico no estudo dos sistemas de produção agrícola e extrativista com base em uma perspectiva de sustentabilidade, e na aplicação de princípios ecológicos ao manejo dos agroecossistemas em contextos socioambientais específicos.

Desse modo, essa parte do texto será dedicada ao debate da agroecologia, na perspectiva da inclusão dos jovens nas atividades e na distribuição dos rendimentos, trazendo o debate da construção de um campo com mais pessoas.

É importante iniciar contextualizando o que vem a ser essa proposta de reorganização da produção a partir dos métodos agroecológicos. No Brasil, o pacote trazido com a modernização da agricultura foi disseminado a partir da década de 1960 pelos governos militares, com a proposta de modernização do campo e ampliação da produção de alimentos. Segundo Panini (1990, p.70), O Governo Militar, compromissado com a classe dominante, assume política de concentração e de centralização do capital, no intuito de fortalecer, sobremaneira, as grandes empresas, Desenvolve política estimuladora de entrada do capital estrangeiro, com o fim de garantir prosseguimento acelerado do desenvolvimento capitalista no país. Prevê profundas modificações, não só na indústria e no comércio, mas também na agricultura. Para as famílias camponesas, principalmente na região Amazônica, o acesso a insumos agrícolas veio a partir da década de 1980, até esse período, se produzia de forma artesanal, com ausência total de agrotóxicos, adubos e máquinas.

Ao estudar a história da produção agrícola brasileira, observa que a agroecologia já é praticada há muito tempo, principalmente pelas comunidades tradicionais. Por isso, acredita-se que os camponeses possuem conhecimentos produtivos com métodos alternativos acumulados dos anos de práticas rurais. Segundo Machado (2014 p. 37),

A agroecologia, como nós a compreendemos, dispõe de conhecimentos para superar a monocultura e a quebra da biodiversidade, consequências inexoráveis do agronegócio. Assim como pôde, através dela, resgatar a cidadania dos pequenos, pode-se, também, produzir alimentos limpos na escala que a humanidade demanda, naturalmente com outros métodos.

A prática agroecológica deve ser entendida como a produção, a partir da observação da natureza, respeitando seus tempos e os saberes locais.

A agroecologia reconhece, valoriza e estuda os chamados saberes populares, tradicionais ou locais como fontes de grandes contribuições a formulação de propostas, estratégias e programas que tentam contribuir para sociedades mais sustentáveis (GOMES e ASSIS, 2013, p. 20).

Ao observar os solos amazônicos, pode constatar a necessidade de manutenção da cobertura vegetal, pois se tem uma camada de horizonte O<sup>15</sup> e horizonte A<sup>16</sup> muito pequena, resultando no que os pesquisadores chamam de solos pobres. Para Silva (2009 p.9) a conjunção de alta temperatura e alta precipitação pluvial, ao longo do ano, favorece a efetivação das reações químicas que se processam nos solos. Por exemplo: solos bastantes intemperizados, profundos, essencialmente caulíníticos, muito pobres quimicamente, com reações bastante ácidas. O que sustenta a diversidade da floresta amazônica são as intensas atividades microbianas, favorecidas pela quantidade de restos vegetais e animais deixados pela floresta, com o calor e umidade frequente, depositam no solo húmus produzidos, que levados pelas chuvas fertilizam o solo. Os nutrientes são absorvidos pelas raízes das plantas.

Outro fator gravíssimo que diz respeito à prática agrícola na região Amazônica, e a falta de regulamentação das terras, “Na Amazônia Legal, apenas 4% do território é regularizado, o que alimenta toda a sorte de invasões e fraudes”. (CONSEA, 2008). O avanço cada vez mais constante sobre as áreas de florestas principalmente as reservas federais com a intensão de produzir grão e pecuária de corte, acelera o desmatamento, as queimadas, deixando descoberto boa parte dos solos amazônicos. O uso de agrotóxicos contamina as águas, aumenta a compactação dos solos, diminuindo a incidência de espécies de plantas que só existem nessa região.

É necessário que as práticas agrícolas sejam aliadas a preservação natural das diversidades de plantas e animais existentes nos

---

<sup>15</sup> Camada da superfície do solo onde ficam depositados os restos orgânicos vegetais e animais, formando uma fina camada protetora da umidade do solo, sendo espaço de intensa atividade microbiana.

<sup>16</sup> Camada da superfície do solo, onde se concentram a matéria orgânica, normalmente as plantas concentram suas raízes nesse horizonte por se tratar de uma camada rica em húmus, que consiste em material orgânico parcialmente decomposto misturado com solo mineral.

agroecossistemas. Para Altieri (2012, p. 105) “Os agroecossistemas são comunidades de plantas e animais interagindo com seu ambiente físico e químico que foi modificado para produzir alimentos, fibras, combustíveis e outros produtos para consumo e utilização humana”. Pensando nisso, estudar os agroecossistemas locais, conhecer seus potenciais e limites é fundamental para o desenvolvimento de uma agricultura que seja sustentável. Ainda para Altieri (2012, p. 105) “A agroecologia é o estudo holístico dos agroecossistemas, abrangendo todos os elementos ambientais e humanos”.

O respeito aos ciclos naturais é um fator a ser considerado nos processos agroecológicos, bem como o respeito aos conhecimentos empíricos. Iniciar o processo produtivo a partir das condições da família, deve considerar a situação atual do solo, vegetação, práticas familiares, condições financeiras para investimentos, quantidade de força de trabalho, dentre outros, para assim, iniciar o planejamento das ações agrícolas. Uma definição mais ampla e completa da agroecologia pode ser encontrada em Sevilla Guzmán e González de Molina (1996) *apud* Caporal e Costabeber (2000), que trazem um debate dizendo que,

A Agroecologia corresponde a um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica, reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanke seletivamente as formas degradantes e expoliadoras da natureza e da sociedade. Em tal estratégia, dizem os autores, joga um papel central a dimensão local como portadora de um potencial endógeno que, por meio da articulação do saber local com o conhecimento científico, permita a implementação de sistemas de agricultura alternativa potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade sociocultural (p.12).

A partir desses conceitos, afirmamos que a agroecologia, têm em sua essência algumas dimensões que vão além de uma proposta produtiva, traz consigo a afirmação do camponês no espaço rural, com respeito às condições naturais posta no local e com respeito à cultura dos povos. Para Schmitt (2013, p.191) Em oposição a uma agricultura globalizada, sob o controle das grandes corporações transnacionais, reforça-se o fortalecimento de uma agricultura de base familiar,

alicerçada no uso múltiplo dos recursos naturais e no potencial endógeno das comunidades rurais.

Para Altieri (2012), o uso da cobertura do solo através da manutenção e manejo da matéria orgânica e das plantas aumenta a ciclagem de biomassa, otimizando a disponibilidade e o fluxo equilibrado de nutrientes, assegurando ao solo condições favoráveis para o crescimento das plantas. A manutenção da cobertura vegetal, diminuem as perdas de água do solo por irradiação solar, promove a diversificação e assim, as interações biológicas e os sinergismos entre os componentes da biodiversidade promovendo processos e serviços ecológicos. “Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a Agroecologia se constitui num paradigma capaz de contribuir para o enfrentamento da crise socioambiental da nossa época” (CAPORAL e AZEVEDO, 2011, p. 46).

A agroecologia, através da aplicação de suas técnicas, quebra com algumas regras da agricultura convencional, incentivadas pelo agronegócio. Primeiro quebra com a concentração da terra pelo manejo da fertilidade natural do solo, com uso de técnicas como rotação de culturas, pousio, cobertura vegetal, podas, dentre outras. Mantém-se a fertilidade natural do solo, dispensando não só o uso de novas áreas, mas também de insumos externos, potencializando o uso do sol através da fotossíntese. Para Machado (2013), Não é suficiente só produzir, mas também respeitar a dialética da natureza, visando proteger a biodiversidade. Pratica-se uma produção diversificada que atenda a demanda local, tornando a família camponesa dona de todo o sistema produtivo, do preparo da área até a venda do produto ao consumidor, estabelecendo uma relação de confiança entre ambos.

Segundo, deve quebrar a concentração da renda, pois a família camponesa se torna dona de todo o processo produtivo, beneficiando-se dos resultados dessa produção, sem ter que dividi-lo com os atravessadores, deve atender a necessidade da comunidade local. Para Gomes e Assis (2013, p.223),

Os sistemas de produção agroecológicos e particularmente os sistemas agrofloreais são potencializadores da biodiversidade e da diversidade de alimentos. Os agricultores e agricultoras têm desenvolvido ações de intercâmbio de recursos genéticos e troca de sementes, assim como estimulado a produção de mudas de espécies nativas. A valorização dos alimentos regionais e do autoconsumo contribuem para a conservação da biodiversidade e o resgate de cultivos alimentares locais.

A produção feita pelo agronegócio, baseada em mercados internacionais, deixam as comunidades muito carentes de alimentos, sujeitando-as aos supermercados, que vendem produtos industrializados muitas vezes de fora do estado, quebrando a economia local. Para Gomes e Assis (2013, p.197), a intensificação da industrialização demandava cada vez mais produtos em maior escala e mais homogêneos, da mesma forma se dava com as necessidades crescentes de produtos agrícolas para alimentação animal.

Em terceiro lugar, os conhecimentos e as tecnologias devem estar à disposição da comunidade, no processo de produção agroecológico, devem ter tecnologias sociais que atendam as necessidades das famílias camponesas e devem ser acessíveis economicamente e disponíveis para uso da comunidade geral. As pesquisas produzidas pelos órgãos públicos, responsáveis em atender as famílias camponesas, devem partir da demanda levantada pela comunidade. Para Machado (2013, p. 242),

A agroecologia não é apenas uma técnica de produção, pois se essa técnica não for acompanhada implicitamente das dimensões social, política, econômica, técnica administrativas, energética, ambiental e cultural, será uma técnica convencional, sem componente dinâmico que a dialética incorpora ao processo.

Em quarto lugar, devemos adotar procedimentos que respeitem a natureza local, propor desenvolvimento que não considere a manutenção das áreas com sua sustentabilidade natural é propor a falência do rural. Para Machado (2014, p. 193), “os procedimentos agrícolas devem eliminar ou, pelo menos, minimizar a contaminação ambiental”, a manutenção das matas torna-se primordial para sustentação das águas, das chuvas e da temperatura mais amena. As derrubadas, queimadas, gradagem e uso de máquinas pesadas são práticas degradadoras do solo que devem ser extintas das práticas agrícolas, assim como o uso de insumos externos, principalmente químicos.

E, por último, a assistência técnica deve respeitar os conceitos culturais e administrativos das comunidades. A leitura do espaço de atuação da equipe técnica deve ser feita na intenção de respeitar os costumes locais das comunidades, ou seja, o auxílio técnico deve acrescentar conhecimento na comunidade não substituir os existentes. Esse respeito é importante na continuação por parte das famílias camponesas de seus sistemas produtivos, as técnicas implantadas devem

ser possíveis de serem administradas pelas famílias na ausência da equipe técnica. Para Machado (2014, p. 311),

Caberia aos profissionais da extensão levar aos produtores novos saberes, que muitas vezes são antigos conhecimentos. Isso deve ser feito através de um diálogo horizontal entre profissional e produtor, quando há uma troca, onde o técnico ocupa o lugar de arauto das informações, produto da nova pesquisa agroecológica. O papel da extensão é decisivo, pois aos seus quadros caberá a responsabilidade de orientar o novo processo produtivo.

Tendo em vista o avanço das agressões ambientais causado pela ação do ser humano sobre a natureza, reverter mesmo que minimamente esse quadro é muito importante para a sobrevivência nos campos rondonienses. Dentre os vários desafios lançados às famílias camponesas, o desafio de conscientizar para o não uso de agrotóxicos é, sem dúvida, um dos mais importantes. Conforme o dossiê da ABRASCO (2015 p. 56),

Um terço dos alimentos consumidos cotidianamente pelos brasileiros está contaminado pelos agrotóxicos, segundo análise de amostras coletadas em todos os 26 estados do Brasil realizada pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) da Anvisa (2011).

Rondônia tem níveis altíssimos de pessoas com doenças degenerativas, principalmente algum tipo de câncer<sup>17</sup>, Alzheimer<sup>18</sup> e mal

---

<sup>17</sup> Câncer ou cancro é um grupo de doenças que envolvem o crescimento celular anormal, com potencial para invadir e espalhar-se para outras partes do corpo, além do local original. Há mais de 100 diferentes cânceres conhecidos que afetam os seres humanos, mas nem todos os tumores são cancerosos (malignos); tumores benignos não se espalham pelo corpo. Sinais e sintomas possíveis incluem surgimento de uma massa cancerígena, sangramento anormal, tosse prolongada, perda de peso inexplicável, mudança nas funções intestinais, entre outros. Apesar de estes sintomas poderem indicar câncer, eles também podem ocorrer devido a outras doenças.

<sup>18</sup> A doença de Alzheimer é a forma mais comum de demência. Não existe cura para a doença, a qual se agrava progressivamente até levar à morte. Foi descrita pela primeira vez em 1906 pelo psiquiatra e neuropatologista alemão Alois Alzheimer, de quem recebeu o nome. A doença é geralmente diagnosticada em pessoas com idade superior a 65 anos, embora possa ocorrer mais cedo. Em 2006, existiam no mundo 26,6 milhões de pessoas com Alzheimer e em 2050 prevê-se que afete uma em cada 85 pessoas à escala mundial. A doença afeta 1% dos idosos

de Parkinson<sup>19</sup>. Não há estudo que ligue diretamente todos esses males ao uso de agrotóxico, porém, sabe-se que o uso indiscriminado de agrotóxico pela Agricultura Familiar em Rondônia é muito elevado. Segundo a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia-IDARON, foram consumidos, cerca de trinta e seis (36) toneladas de Agrotóxicos nas praticas agrícolas em 2016, sendo Rondônia o estado onde mais se consome agrotóxicos pelos pequenos e médios produtores no Brasil.

Outro desafio importante a ser enfrentado em Rondônia é o avanço das fronteiras agrícolas, principalmente sobre as reservas ambientais e terras indígenas, o que tem gerado muitos conflitos e mortes, na região amazônica, pois Rondônia se destaca como um dos estados mais violentos no campo nos últimos anos, segundo dados da CPT (2017). Outro desafio é a manutenção e recuperação das nascentes, no chamado eixo da BR 364, onde iniciou a ocupação do território rondoniense, as áreas das nascentes foram todas desmatadas, com isso já temos regiões com falta de água no período seco<sup>20</sup>.

É preciso ainda melhorar a diversidade produtiva, visto que a quantidade de variedades de produtos que fazem parte do dia a dia das famílias camponesas ainda é muito pequena. É preciso haver interação entre os agroecossistemas que permita seu melhor desenvolvimento. Para Martins (2017) os efeitos da organização e interação entre os agroecossistemas, são identificados, na medida em que, ampliam as condições de reprodução social da agricultura familiar com maior qualidade de trabalho e de vida com o re/estabelecimento de espaços de sociabilidade, participação social e relações de gênero mais justas gerando trabalho e riqueza territorial, aumentando a segurança alimentar com a manutenção da agrobiodiversidade e abastecimento de alimentos variados e de qualidade.

---

entre os 65 e 70 anos, mas a prevalência aumenta exponencialmente com a idade, sendo de 6% aos 70anos, 30% aos 80 anos e mais de 60% depois dos 90 anos.

<sup>19</sup> A doença de Parkinson, mal de Parkinson ou paralisia agitante, descrita pela primeira vez por James Parkinson em 1817, são neurônios secretores de dopamina nos gânglios da base, controlam e ajustam a transmissão dos comandos conscientes vindos do córtex cerebral para os músculos do corpo humano. Não somente os neurônios dopaminérgicos estão envolvidos, mas outras estruturas produtoras de serotonina, noradrenalina e acetilcolina estão envolvidos na gênese da doença.

<sup>20</sup> Período que compreende os meses entre Julho a Outubro de cada ano.

A diversificação de atividades produtivas, automaticamente, promove um envolvimento familiar nas ações, pois permite que sejam implantados vários projetos produtivos que podem ser coordenados/executados pelas mulheres, jovens ou homens. Dessa forma segundo Mattos, Souto *et al* (2017), aumenta a base de recursos, oferecendo condições para que o agroecossistemas da agricultura familiar expressem o potencial ecológico, econômico e social por meio da geração de trabalho e renda para as famílias, contribuindo para o desenvolvimento rural e para construção de sistemas agroalimentares mais saudáveis e justos. Além da inserção familiar no trabalho, a diversificação das atividades na unidade produtiva, pode significar mais renda financeira e conseqüentemente maior renda familiar, no momento em que deixa de gastar com determinado produto, seja para alimentação, ou mesmo na economia com remédios, quando, ao se alimentar de uma variedade de alimentos, a saúde tende a melhorar também, é automático. O não gastar impacta diretamente na vida da família que, ao economizar em alguns campos, pode suprir necessidades que venham aparecer.

Com a propagação da pecuária leiteira nos últimos anos, os campos rondonienses se especializaram em produzir bovinos apenas para satisfazer o comércio. Com a especialização das atividades, as famílias camponesas concentraram sua renda apenas na produção de bovinocultura de leite e corte, tendo a produção de leite, inclusive em pequenas quantidades como atividade principal para renda, e a venda de bezerras apenas como complementação financeira, nesse contexto, o uso de força de trabalho, diminui consideravelmente com a inclusão de tecnologias, praticamente ocupando apenas o trabalho do patriarca, limitando a ação dos jovens e mulheres, colocando-os disponível para o mercado de trabalho. Brumer (2007) esclarece que a introdução de relações capitalistas nas áreas rurais acarreta a expropriação das famílias camponesas, expulsando os agregados, parceiros e outros agricultores/as não proprietários de terras, tendo como objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego, juntando isso à incapacidade de investimento financeiro da família na ampliação de seu sistema produtivo. Os jovens acabam ficando fora, principalmente da distribuição da renda, que ao ser também limitada vai para custear a vida familiar.

A realidade rondoniense para as famílias camponesas tem sido regada de muitos desafios, porém, muitas são as vantagens quando comparadas com as áreas urbanas. Os solos, apesar de rasos, são férteis, com amplas possibilidades de manutenção do sistema funcionando, as distâncias amazônicas são muito longas, mas há facilidades de acesso às

idades e às demais comunidades. Para Mello e Martins (2017), os mecanismos que compõem a realidade Rondoniense, contribuem na capacidade de reagir crises, criam bases para maior expressão da agricultura familiar e da agroecologia num território de fortes tensões e violências.

Com uma população formada por imigrantes de vários estados brasileiros, Rondônia possui uma diversidade cultural muito forte, com uma identidade ainda em formação, acontecem muitas festas, principalmente religiosas com manifestações culturais belíssimas. Há registro de cultivos de variadas espécies, desde plantas de regiões temperadas a plantas de regiões quentes, com muito sol, muitas chuvas e frios poucos rigorosos, Rondônia se torna um potencial produtor de alimentos.

### **3.3. Criando a própria vida: os caminhos possíveis para o jovem no campo**

O Brasil é composto por uma sociedade altamente diversificada de cores, tamanhos e opiniões, fruto de uma colonização feita por povos de vários países das várias regiões do mundo. Uma parcela desse público é a juventude, parcela significativa da sociedade e que contempla um período de busca de espaço.

Ao fazer emergir, das entrelinhas dos depoimentos, como também das ações estratégicas cotidianas, suas expectativas e demandas de serem escutados, de serem reconhecidos, de serem entendidos, os jovens atores sociais representam a angústia e expressam os sentimentos de quem busca um lugar e um papel na sociedade. Um dos traços mais profundos da humanidade reside provavelmente nesta necessidade essencial de adquirir uma existência no olhar de um outro, de ser reconhecido e de se justificar, de ser como se é (GUILLAUME, 1999 *apud* STRAPASOLAS 2006, p.171).

O ser jovem na sociedade brasileira nos dias atuais remete uma variação de forma de debates. Numa sociedade construída sobre o medo e a necessidade de se firmar, medo de um futuro cada vez mais incerto, por crescimentos constantes da violência, desemprego, porém tendo cada dia mais cedo a necessidade de provar para si e para sociedade que é capaz de buscar sua auto sustentação, “abordar teoricamente a juventude representa um desafio, na medida em que, considera-se esta categoria como sociologicamente problemática.” (STROPASSOLAS, 2002, p. 131).

Nesse tópico, vamos discutir como se constrói a juventude no Brasil, principalmente a juventude rural e identificar possíveis caminhos para construção de um ser capaz de conviver em meio a todos os conflitos gerado pela sociedade.

Atemo-nos em descrever o cenário em que estão inseridos os jovens rurais nas condições amazônicas, onde a tecnologia ainda teima em não chegar, as distâncias são fatores determinantes na vida das pessoas, mas a busca pela sobrevivência inicia muito cedo. O rural rondoniense, como já vimos a partir da década de 1970, com a implantação dos projetos de colonização e depois com a vinda dos incentivos da revolução verde, foi pautado na implantação de grandes projetos para exportação de matéria prima.

Às famílias camponesas, resta absorver o pacote, ficando sempre como pagador de dívidas, criar alternativas com muitas dificuldades para manter-se no espaço rural, ou ir em busca de outro espaço, sendo uma delas ocupar outras áreas com maiores perspectivas produtivas ou as áreas urbanas

O ir à busca de alternativas frente à ocupação pelo agronegócio no campo rondoniense, coloca principalmente a juventude, com única opção, a ida para os centros urbanos por alguns fatores: Primeiro - a implantação do pacote tecnológico dá a família camponesa a falsa impressão de lucratividade, a produção quando especializada aumenta, e melhora o acesso ao mercado, com isso entra mais recursos, porém, os custos produtivos também aumentam em proporções muito maiores, já que os preços cobrados pelos agrotóxicos e pelo trabalho seja humano ou das máquinas, aumentam ano a ano, não sendo acompanhado pelos preços de venda da produção. Em porcentagem, a renda líquida fica sempre menor, as demandas dos jovens (roupas e calçados novos, celular, internet, transporte, bebidas) ficam sempre para depois.

A falta de acesso a uma renda efetiva contribui para desestimular os jovens a permanecerem na atividade, principalmente as moças. Os rapazes recebem, às vezes, recompensas pelo empenho nas atividades de ciclo mais longo, ou afiançam o cuidado de uma parte da lavoura, “um canto”, “um eito”. Essa recompensa tem caráter compensatório e de incentivo a permanência. Todavia elas precisam ser negociadas entre os rapazes e o pai (CARNEIRO, 2007, p.216).

O segundo fator que afasta a juventude do espaço rural é a distribuição do lucro: nas famílias camponesas o gerenciador da renda na maior parte dos casos é o marido, a ele cabe dizer onde será investido o

lucro obtido das atividades agrícolas, colocando as demandas dos jovens como luxo ou coisa fútil, ficando sempre para depois, se sobrar, ainda tem os custos de produção que consome boa parte da renda do trabalho. Para Janata (2012, p 228) “O trabalho na indústria e no lote, com a mecanização da agricultura, demonstra as amarras do capital, que subsume todo o tempo do trabalhador para a acumulação capitalista”.

Em terceiro lugar, a diminuição do uso da força de trabalho, pois, com a implantação de sistemas de criação animal ou de plantio de grãos baseados no uso de tecnologias, a demanda de força de trabalho familiar diminui drasticamente, sem ter o controle da atividade e sem renda para si, o jovem fica como uma reserva de trabalho que é usado esporadicamente nos momentos de maior necessidade.

Se hoje, para o jovem que tem a disponibilidade financeira de produzir com mecanização e tecnologia, o trabalho é mais facilitado, menos pesado e requer menos tempo, assim como no industrial, o tempo disponível é subsumido pelo capital. “Sobra tempo” para os jovens, mas esses “não têm o que fazer” (JANATA, 2012, p.228)

E, por fim, o acesso a tecnologias e lazer: A zona rural rondoniense ainda tem pouca cobertura de sinal de operadoras de celular, e ainda não é muito comum à instalação de internet *wifi* nas casas. Outro fator é a falta de pontos de lazer nas comunidades rurais que, geralmente, são pautadas pelas igrejas de diversas denominações religiosas e que normalmente todas as famílias participam, ou o lazer fica destinado ao campo de futebol masculino que, aos que gostam e se envolvem, é uma alternativa, para quem não gosta e principalmente para as moças, cabem ficar em casa no fim de semana ou ir a espaços urbanos.

Todos esses fatores favorecem a ida dos jovens para as áreas urbanas, que ainda são deficientes de estruturas para recebê-los, contudo o acesso à escola é mais fácil, assim como o celular com internet, as festas, renda própria e a outros jovens, colocando a ida para a cidade como saída número um para os jovens.

Uma realidade muito presente entre as famílias camponesas é procurar melhores condições de vida, indo comprar terras em áreas de reservas ambientais invadidas por posseiros, Silva (2016, p. 346) relata que,

As transformações estruturais produzidas pela regionalização da soja introduziram processos sócio territoriais que tendem a retrair a presença do campesinato na geografia regional rondoniense. A capitalização da agricultura e o aumento médio do

preço da terra, sobretudo nas regiões de densa especialização produtiva, pressionam a migração do campesinato na escala estadual.

O sistema de produção implantado, com produção leiteira a base de pastagens extensivas, sendo baixa a produção de grão, frutas, legumes e verduras, exigem que, cada vez mais a família aumente sua renda, pois, as despesas são parecidas a de famílias urbanas. A região amazônica tem duas estações climáticas bem definidas, sendo, de outubro a maio período chuvoso, de junho a setembro seco, com isso, a massa verde produzida pelas gramíneas no período chuvoso é consideravelmente maior que a do período seco, tendo uma boa produção em um período e ficando o rebanho com fome em outro, porém no período que o leite aumenta a quantidade há uma queda no preço pela grande oferta, mantendo a renda da família estável.

A esperança da família camponesa ao ir buscar mais terras é de ter uma renda melhor, com o aumento de área de pastagem, porém ao não mudar seu sistema produtivo a dependência continua, já que ao morar em espaço com maior dificuldade de acesso, aumenta suas despesas. Ao dialogar com as famílias durante as visitas na pesquisa, vê-se a preocupação de deixar mais terras de herança para os filhos como motivação do deslocamento das famílias, já que aumentando a áreas produtivas, vê como automática a possibilidade de aumento do rebanho e a melhoria na renda. Essa busca por áreas maiores e mais produtivas, não são acompanhadas pelos jovens, que acabam indo para os maiores centros urbanos, fortalecendo as cidades do eixo da BR 364, onde se localiza os maiores aglomerados urbanos do estado de Rondônia.

As áreas de fronteiras agrícolas são distantes dos centros urbanos, de difícil acesso, principalmente no período das chuvas que é quando se necessita escoar a produção para venda. Em alguns casos, não há acesso à energia elétrica e meios de comunicação para além do rádio, as moradias ainda são precárias, o trabalho ainda é artesanal com ferramentas manuais e há muitos conflitos por posse da terra entre posseiros por suas marcações ou entre posseiros e indígenas com a invasão daquela que os indígenas consideram suas terras.

A presença de madeireiras que beneficiam madeiras dos posseiros e das terras indígenas aumenta ainda mais a gravidade dos conflitos. Estudos feitos pela CPT constroem um mapa de muita violência nos campos rondonienses, as denúncias de invasões das áreas de reservas legais e reservas indígenas para retirada de madeiras são frequentes com pouca atuação dos órgãos competentes.

Todo esse cenário de avanço das fronteiras agrícolas, trás para os jovens o problema do isolamento momentâneo pelas distâncias das novas comunidades, com isso preferem ficar na cidade. A chegada dos jovens do campo na cidade é facilitada, pois os comerciantes tem preferência em contratar jovens rurais com o argumento de que “são mais acostumados com o trabalho”. A facilidade em arrumar uma colocação remunerada, leva os jovens a buscar as cidades em nome de construir sua própria história, o acesso à moradia, na ausência de parentes próximos é o aluguel de pequenos apartamentos individuais ou se juntando a outros jovens, isso facilita sua a manutenção na cidade, porém, pode os levar a ter acesso a drogas ilícitas, comprometendo seu futuro.

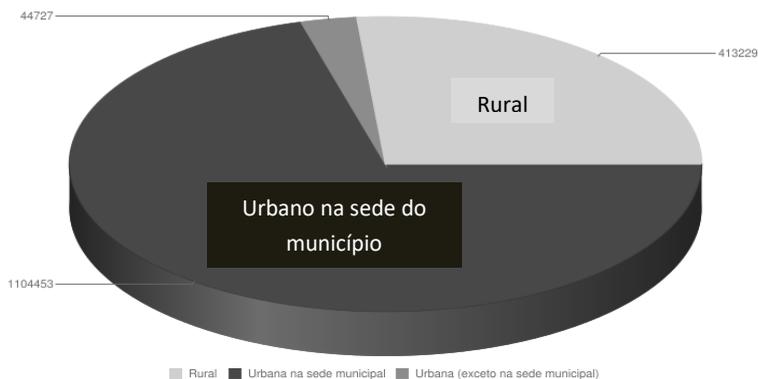
A vida é difícil, mas com possibilidades reais de melhorias, como por exemplo, acesso a graduação caso tenham condições e possibilidade de se relacionar com outros jovens nas noites urbanas, trazendo aos jovens, prazeres não provados nas áreas rurais. As cidades rondonienses com maior volume de pessoas receberam nos últimos anos uma leva de jovens. Segundo o CENSO (2010), em Rondônia;

Muitas cidades pequenas diminuíram em consequência do êxodo rural. Cerca de metade dos municípios com menos de 15 mil habitantes perderam população. Os números também mostram que mais de 73% dos rondonienses moram nas cidades e apenas 26% residem na zona rural.

Os pequenos municípios ainda possuem uma população rural muito grande, como mostra o CENSO (2010), vários povoados rondonienses tem população rural maior que a urbana, como é o caso do município de Nova União, vizinho a Mirante da Serra, que com uma população total de 7.493 habitantes, tem como publico rural, 5.952 pessoas. O alto índice de população urbana registrado no estado se deve ao fato de os maiores municípios estarem cada dia mais populosos urbanamente.

Nota-se um aumento da violência causado principalmente pelo consumo de drogas legais e ilegais como álcool, crack, cocaína dentre outros. Entretanto, observa-se também uma maior participação dos jovens nos espaços organizativos das igrejas, movimentos culturais urbanos e nas faculdades públicas ou particulares.

Figura 3 - População de Rondônia Rural, Urbana e Urbana na sede do município.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Nos assentamentos de Reforma Agrária, principalmente do MST, há um trabalho de formação política com a juventude desde a infância, nas quais as escolas são orientadas a criar espaços de formação política, principalmente nas datas com marco político, como independência, dia da bandeira, dia internacional das mulheres, dia das crianças, dia do meio ambiente, dia do trabalho, dia do trabalhador rural, dentre outras. Essas ações propõem uma reflexão sobre o papel do cidadão frente à realidade posta, ações como o Encontro dos Sem Terrinhas e acampamento da juventude são criadas para fazer estudos da realidade e projeções de ações para enfrentamento político e melhoria de vida nas áreas dos assentamentos, nos últimos anos essas ações tem sido fortalecidas pelos demais movimentos ligados a *Via Campesina* e outras organizações que acreditam na causa. O fortalecimento dos estudos sobre a cultura camponesa, organização política e produção de alimentos sem venenos permeiam esses espaços.

Os estudos sobre a construção do espaço rural na perspectiva da permanência dos jovens rurais no campo ainda tem muito a ser aprofundado. As políticas públicas criadas em todos os níveis subjulgam a capacidade produtiva do jovem rural, pois as políticas de apoio público, como financiamentos, programas de compra direta, não contemplam a juventude. O acultramento de que “*o diploma do jovem rural são os calos nas mãos*” e que “*documento do agricultor é mão calejada*”, ainda

está muito presente nas comunidades camponesas. A quebra desses paradigmas podem ser feitos a base de muita formação política e de acesso por parte dos jovens, de políticas públicas que permitam a eles desenvolver atividades agrícolas próprias e ter sua própria renda, sem isso, ficará muito difícil ter sucessão rural camponesa.

### **3.4. Juventude, Agroecologia e Agricultura Familiar Camponesa**

Temos muitas razões para acreditar que a Agricultura Familiar Camponesa dá conta de atender as demandas cada vez mais crescentes no mundo, dentre elas a produção de alimentos agroecológicos, manutenção de um ambiente saudável, geração de renda local e permanência da família no campo. Para Guzmán e Molina (2013, p.71)

O futuro da organização da produção agrícola parece depender de uma nova tecnologia centrada no manejo inteligente do solo e da matéria viva por meio do trabalho humano, utilizando pouco capital, pouca terra e pouca energia inanimada.

Atuando nas mais diversas áreas, a agricultura familiar camponesa, é a alternativa para evitar o crescimento de problemas graves das áreas urbanas, como a violência, a partir da não exportação da juventude rural, o envolvimento familiar nos afazeres da unidade de produção, aproxima o jovem do projeto de vida defendido pelos pais. A ida desses jovens cada vez mais novos para as áreas urbanas, cria uma juventude sempre mais violenta, com menos valores familiares gerando uma sociedade com muitos problemas de relacionamentos.

Outra demanda amenizada pela atuação da agricultura familiar camponesa é a lotação dos hospitais e escolas, visto que a alimentação desregulada e o *stress* tem sido apontado como causa de muitas doenças. Segundo Dossiê ABRASCO (2015, p.56) Um terço dos alimentos consumidos cotidianamente pelos Brasileiros está contaminados pelos agrotóxicos. Dossiê da ABRASCO (2015, p.59) traz ainda que os agrotóxicos do grupo piretroide, usados na agricultura, no ambiente doméstico e em campanhas de saúde pública como inseticida, estão associados a diversos efeitos graves sobre a saúde.

A alimentação saudável, aliada a vida com maior qualidade no campo, diminui a incidência de doenças nas comunidades rurais; diminui as dificuldades com moradias já que encontramos os maiores problemas de moradias nas áreas urbanas, além de muitos outros.

A Agricultura Familiar Camponesa pode garantir alimentação saudável para a população mundial, através da produção diversificada,

sem uso de agrotóxicos e adubos químicos, o que diminuiria a poluição das águas, do ar e do solo. O não uso de produtos de síntese química, com manejo correto do solo, usando técnicas como rotação de culturas, pousio, podas, compostagens, caudas mantém a fertilidade do solo, deixando-o produtivo com o passar dos dias, com isso evita gastos com manejos, facilitando o aumento da renda, “propriedades rurais são mais produtivas e conservam mais os recursos naturais do que as grandes monoculturas” (ALTIERI, 2012, p. 363).

Além disso, a manutenção da diversidade garante a sustentabilidade das unidades produtivas garantindo a família camponesa uma soberania em sua alimentação, colocando os territórios livres de produtos geneticamente modificados e ajudando a manter a sustentabilidade climática.

Os sistemas de produção criados pelo grande capital têm cada dia mais provado que não dá conta de alimentar o mundo, exatamente porque não é esse o propósito, procura-se cada dia arrecadar mais e mais, deixando as famílias carentes com menos opções alimentares além de aumentar consideravelmente o preço destes alimentos, que vem cada dia mais intoxicado por uso de agrotóxicos principalmente no Brasil. “O cenário do mercado de agrotóxicos, atualizado em 2010, mostra que nesse ano houve um acréscimo de 190%”. (DOSSIÊ da ABRASCO, 2010, p.108).

Para além da intoxicação, a contaminação da produção das famílias camponesas gera uma quebra no ciclo produtivo, visto que, as sementes geneticamente modificadas não podem ser cultivadas por ciclos sucessivos, deixando a agricultura camponesa dependente.

Em decorrência desse modelo químico-dependente de agrotóxicos, a cadeia produtiva do agronegócio se configura como um processo de insustentabilidade ambiental, pois no seu espaço se cria um território com muitas e novas situações de vulnerabilidades ocupacionais, sanitárias, ambientais e sociais (DOSSIÊ da ABRASCO, 2010, p.109).

O sistema de produção dependente de insumos só poderá ser quebrado a partir da introdução da agroecologia. Não há outra forma de produção que garanta a família camponesa autonomia em toda a cadeia produtiva, na gestão da conservação e do uso sustentável dos recursos naturais, com vista a garantir a biodiversidade, fortalecendo o mercado local, disponibilizando alimentos saudáveis a preços acessíveis, reconhecendo o protagonismo da juventude nos espaços de gestão,

organizações sociais e atividades produtivas garantindo aos mesmos, acesso a terra para desenvolver seus projetos produtivos. Segundo Mendonça e Silva (2010, p.20), a organização produtiva a partir da agroecologia,

Pretende assegurar aos jovens agricultores/camponeses e familiares as condições de manterem a terra de trabalho a partir do conhecimento e manejo adequados da Terra e da Água, não utilizando agrotóxicos e diminuindo a dependência em relação ao mercado. Além de capacitação para a organização social e política e de produção para que possam comercializar os produtos, conforme as suas necessidades e interesses.

A juventude passa a ser vista como parte do processo, como integrante do sistema, que valoriza a presença dos jovens, podendo se desenvolver a partir de suas convicções. “No contexto recente, juventude rural tem passado por um processo de reconhecimento como uma unidade geracional”. (CASTRO, 2009, p.167). O período da juventude não pode ser apenas uma passagem para fase adulta, mas deve vim construída com trabalho e busca por conhecimentos.

O período de formação da consciência, quando proveniente da juventude cria cidadãos com responsabilidade, compromisso ético e vontade de construir um mundo melhor, visto que o mundo precisa de pessoas mais conscientes de seu papel, que valorizem os bens naturais e que esteja querendo construir um mundo igual para todos/as. As famílias agroecológicas são conscientes de suas responsabilidades e tem uma relação direta com a natureza, são pessoas que praticam o amor ao próximo, levando até ele uma alimentação que vai nutri-lo em sua vida.

Nessa concepção, o abastecimento alimentar engloba o conjunto diverso de atividades que medeiam à produção e o consumo de alimentos, constituindo campo de ação estratégico que permite articular a promoção de modelos de produção socialmente equitativos, ambientalmente sustentáveis e culturalmente adequados, e a ampliação do acesso a uma alimentação adequada e saudável. (CONSEA, 2014, p.23)

As comunidades rurais de famílias camponesas são solidárias, constroem relações baseadas no respeito, na dignidade e na valorização do outro/a. Para Guzmán (2001, p.36),

a maneira mais eficaz para realizar esta tarefa consiste em potencializar as formas de ação social coletiva, pois estas possuem um potencial endógeno transformador. Portanto, não se trata de levar soluções prontas para a comunidade, mas de detectar aquelas que existem localmente e "acompanhar" e animar os processos de transformação existentes em uma dinâmica participativa.

A agroecologia como ferramenta de organização produtiva coloca a família como protagonista do processo produtivo, traz a responsabilidade igual para todos/as e insere de forma igual a juventude nos afazeres, ainda dispõem nas refeições diárias uma variedade alimentar com muita qualidade.



## 4. CONSTRUÇÃO DA VIDA NO CAMPO: DA CONQUISTA DA TERRA A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA

### 4.1. Contextualizando os arredores do Assentamento Padre Ezequiel

A região onde se situa o Assentamento Padre Ezequiel é formada por municípios essencialmente rurais, com agricultura de base camponesa. A principal fonte de renda das famílias é a produção de leite a pastos extensivos e hortifrutigranjeiros. A região faz fronteira com as terras indígenas Uru-Eu-Wau-Wau, uma das maiores reservas destinadas aos povos indígenas do estado, que convive com conflitos constantes entre indígenas e posseiros.

Oficialmente, o Assentamento se localiza no município de Mirante da Serra que foi criado em 13 de fevereiro de 1992, pela Lei nº 369. O município abrange uma área territorial de 1.191.878 km<sup>2</sup>, antes pertencente ao município de Ouro Preto do Oeste. Tem uma população total de 11.878 habitantes e densidade demográfica de 9,97 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, Censo 2010). Possui um IDH 0,643(CNM, 2015). Situa-se na região central do estado, mesorregião do leste Rondoniense, a cerca de 388km da capital Porto Velho.

A ocupação territorial de Mirante da Serra, assim como em todo estado, se deu a partir da década de 1970, quando milhares de imigrantes oriundos dos estados brasileiros, localizados principalmente na região Sul e Sudeste, chegaram em busca de terras fartas para o trabalho. Junto vêm imigrantes que com situação financeira um pouco melhor, resolve explorar os recursos e força de trabalho que por aqui estavam ociosas, instalando comércios, principalmente madeireiras, mineradoras, máquinas para compra e beneficiamento de arroz, feijão e café que eram base da produção das famílias camponesas.

Na pressão para demarcar território, as famílias eram obrigadas a mudar para o espaço de terra que pretendia ocupar chamado de *marcação*, pois não haviam documentos oficiais que comprovassem a posse das terras. Nesse caso, eram contratados topógrafos que demarcava as áreas e passava a mesma aos posseiros, que tinham o dever de desmatar o mais rápido possível para evitar invasões frequentes no período e permanecem ainda hoje. Há relatos que nas regiões fronteiriças de Rondônia houve muitas mortes pela posse da terra.

Em Mirante da Serra, no período da ocupação, aconteceram mortes nunca esclarecidas pela ausência de políticas públicas de segurança no período,

A ocupação da Amazônia via migração forçada e induzida exerceu o papel de expropriar a terra em conivência com o Estado. A onipresença do Estado na década de 1970 na Amazônia e em Rondônia tirou em parte sua responsabilidade no que concerne o desmatamento ambiental em detrimento do progresso econômico da região (SILVA, 2012, p. 63)

A proximidade com as terras indígenas era outro fator de violência. Naquele período, ainda sem demarcação de suas terras, os povos indígenas sofriam constantes ataques dos posseiros com uso de violência, levando as comunidades indígenas a se distanciarem cada vez mais nas matas, se refugiando no que hoje é denominado território indígena, conquistado com muitas lutas.

Logo que chegavam as famílias camponesas procuravam se estabelecer na região, cultivando principalmente alimentos de uso doméstico e para venda, foram implantadas imensas lavouras de café e pastagens para produção de leite que passaram a se destacar como principal fonte de renda.

Desde o processo de ocupação inicial do estado, a pecuária se destaca como uma das principais atividades praticada nos campos Rondonienses, principalmente entre os pequenos e médios produtores, o rebanho bovino é composto de gado de corte e de leite, hoje com mais de 11,4 milhões de cabeças e uma bacia leiteira, em franca expansão (SOUZA, 2004 *apud* Alves, 2015, p. 19).

Esses processos consolidaram muitas famílias como pecuaristas, com médio poder aquisitivo na região. Aos que por inúmeros motivos não tiveram acesso a terra, ficaram no pequeno núcleo que já era formado e viria a ser a atual cidade de Mirante da Serra, servindo de força de trabalho nos pequenos comércios e nas madeireiras. Aos sem disposição de ir para o povoado, restavam trabalhar em terras alheia produzindo de meeiros, arrendatários ou até mesmo empregados rurais, os chamados vaqueiros.

Segundo relato dos antigos moradores da região dentre as famílias pesquisadas, com a frequente chegada de imigrantes, principalmente a partir do final da década de oitenta, já não encontrava terra disponível para ocupação, o núcleo urbano se desenvolve, chegando a virar referência na pequena região. Relatam ainda que com a ocupação, o desmatamento foi uma consequência lógica, já que havia uma pressão para desmatar como demonstração de posse. Também as famílias

precisavam produzir sua subsistência, muitas eram famílias grandes com muitas crianças e chegaram à Mirante da Serra sem muitos recursos.

A leva de imigrantes sem acesso a terra e os filhos dos imigrantes que eram de famílias grandes formaram uma geração de sem terras. Sem aptidão ao trabalho urbano, que buscaram alternativas, conquistar seu pedaço de chão para se estabelecer. Parte dessas famílias avançou ainda mais na fronteira agrícola para áreas ainda em ocupação, parte resolveu se juntar a outras em movimentos sociais, na época ainda em formação para a conquista da terra, assim formaram-se vários acampamentos apoiados principalmente pela igreja católica, através dos Padres estrangeiros que para cá vieram, e das irmãs religiosas, ambos tiveram papel fundamental na luta pela terra, porque tinham acesso a órgãos públicos de fiscalização, e denunciavam constantemente as ações violentas contra as famílias camponesas, sem terra e contra os indígenas. Dessas famílias que o Assentamento Padre Ezequiel é formado, famílias que se formaram em Rondônia ou que aqui chegaram e que não possuíam recursos para a compra da terra.

O Assentamento Padre Ezequiel, foi constituído através de um processo de luta organizado pelo MST, que já vinha desenvolvendo ações, para a conquista da terra no estado de Rondônia, em meados da década de 1990. Com a abertura de negociações de algumas terras pelo governo federal, o MST intensifica a mobilização de trabalhadores e trabalhadoras sem terra para a massificação da luta.

A Fazenda Urupá, onde se localiza o Assentamento Padre Ezequiel, foi fruto de várias ocupações por famílias ligadas ao MST. Atualmente tem três (03) assentamentos nesta área, o P.A Palmares com 323 unidades produtivas, o P.A Margarida Alves, com 258 unidades produtivas, e o P.A Padre Ezequiel, com 200 unidades produtivas, somando 781 famílias assentadas nesta fazenda, no final da década de 1990 e início da 1ª década de 2000.

Não há registro atual da quantidade de famílias hoje presentes no Assentamento Padre Ezequiel, das 200 (duzentas) famílias assentadas, parte optou por vender a unidade produtiva por vários fatores, o principal deles é a aquisição de áreas maiores em fronteiras agrícolas, com argumento de deixar mais terras para os filhos, argumento esse não justificado, pois, os filhos dificilmente seguem os pais nessa jornada em busca de mais terras. A venda também acontece com apenas uma parte da unidade produtiva, transformando a área em duas ou três pequenas chácaras. Essas vendas acontecem principalmente por separação do casal ou para pagamento de dívidas, muitas vezes de financiamentos feitos junto aos bancos.

Outro fator que vale citar aqui é que os filhos acabem se enamorando e casando, formando assim novas famílias que muitas vezes decidem permanecer morando junto aos pais, com isso, o número de famílias no assentamento hoje, deve ultrapassar as 250 (duzentos e cinquenta). Na fala do Presidente da Cooperativa local *Marcio*, uma das principais lideranças do assentamento, fica claro esse intenso e constante processo de reorganização das famílias:

Então, primeiro a gente tem que entender que o padre Ezequiel, duzentas famílias, depois de 17 (dezesete anos) não tem mais 200 (duzentas) famílias assentadas, tem mais famílias compradora, tem mais de duzentas famílias, mas, não que passou pelo processo de luta, que são compradoras, que são pessoas que são boas, enfim, mas que por não ter passado por esse processo de organização, tem muitas dificuldades em se adaptar, se organizar, participar das reuniões, dos debates, estar inseridas na cooperativa, assim por diante.

Esse intenso processo de chegadas e saídas dificulta a organização no assentamento, pois a metodologia de trabalho das famílias que passaram pelo acampamento, acostumadas a luta e a ter o compromisso com as instituições nem sempre é acompanhada pelos compradores, e os benefícios conseguidos através das lutas, acabam vindo para todos e todas, fazendo com que, por não entender a importância da luta, os camponeses e camponesas, que estão nas unidades produtivas, através de compras não participem das ações organizadas pelos movimentos.

A organização do assentamento é uma luta diária, necessitando de releituras constantes. O resistir no campo, buscando qualidade de vida, com produção de alimentos limpos, respeito ao meio ambiente e organização para que todos/todas se beneficiem, trás consigo uma conscientização das famílias camponesas e investimento de tempo das lideranças.

O desafio é pensar: “quais ferramentas são possíveis para que os movimentos sociais, como o MST, possam indicar caminhos?” e a partir desses caminhos, como pensar, a partir da realidade do assentamento. As organizações coletivas do assentamento, dito 03(três) associações, 01 (uma) cooperativa, a presença de movimentos sociais como MST, MPA não tem dado conta de inserir todas as famílias nas ações de melhoria do coletivo do assentamento.

No que tange a juventude, segundo Bananeira, uma liderança do MST no Assentamento, “*não há participação efetiva nos espaços da*

*cooperativa e associações, envolvem na igreja e futebol, porém nas instituições é sempre o pai e mãe que estão presentes”* até porque nota-se que a presença dos jovens é muito pequena no assentamento, e sempre estão buscando renda fora, principalmente na cidade, se mantendo afastado do dia a dia da comunidade, vivendo uma rotina de vida urbana. Grande parte ajuda nas despesas da casa, o que alivia as contas da família.

Das famílias entrevistadas, parte dos jovens estão estudando cursos profissionalizantes como Técnico em Agropecuária nas Escolas Família Agrícola ou graduação, outros estão trabalhando em empregos na cidade, parte deles permanecem morando com os pais.

Tabela 1- Ocupação da juventude das famílias entrevistadas do Assentamento Padre Ezequiel

Famílias	Número de jovens	Trabalham fora	Estudam nas Escolas Família Agrícola	Fazem Graduação	Acampado	Trabalha em casa
F.01	03	01		02		
F.02	01				01	
F.03	02	01	01			
F.04	01		01			
F.05	01	01				
F.06	01	01				
F.07	01					01
F.08	02	01	01			
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>02</b>	<b>01</b>	<b>01</b>

Fonte: Souza, 2017

Na tabela 01 podemos visualizar, como a participação em ações externas, estão presente na vida dos jovens no Assentamento Padre Ezequiel, dos 12 que aparecem na pesquisa, 05(cinco) estudam fora, sendo três na EFA e dois fazem curso de graduação, 05 (cinco) trabalham fora, 01(um) está acampado e deve ser assentado no início de 2018, e um trabalha em casa, todos esses/as jovens estão buscando por melhoria de vida, pois acreditam que precisam buscar algo melhor do que tem atualmente.

Um fato relatado por Márcio nos dá uma dimensão dos caminhos escolhidos pela juventude.

Eu conversei com um jovem esses tempos, ele falou, Márcio, minha família ta devendo feito a praga, devido meu pai tê feito um financiamento, enfim, e rapaz, a única forma que eu tenho de ajudar é indo praquela agropecuária, eu falei, vai, vai lá, vai no sentido de você também ta buscando um outro horizonte, o bom é que você tivesse na propriedade, porém, em nome de uma ideologia você não pode também fazer sacrifícios, mas é um pouco desse nível.

A busca de alternativas para a melhoria de vida no campo ainda é longa e deve ser regada por muitos estudos e debates, a ideologia capitalista de exclusão e afastamento das pessoas das ações coletivas colocam barreiras muitas vezes intransponíveis.

O sistema orientado de produção das famílias pesquisadas é a agroecologia, apostam que a produção de alimentos saudáveis é o caminho para melhor qualidade de vida e saúde e também para manter os jovens no campo, propiciando-lhes novas alternativas. No Assentamento Padre Ezequiel, mesmo com a diversidade de atividades produtivas executada, com a produção de alimentos básicos de uso familiar estando garantida na unidade produtiva, a agroecologia tem-se mostrado insuficiente para a permanência dos jovens no campo, já que, essa produção não tem se convertido em renda financeira, incentivado os jovens a sair em busca de renda fora, há um problema identificado de escala, a quantidade de produção permite que a família acesse apenas o mercado local, ficando dependendo de atravessadores para a venda de sua produção, perdendo em preço.

O direcionamento das linhas políticas seguidas no sistema produtivos é dada pelos movimentos sociais em que participam, no momento não recebem assistência técnica já que o projeto de chamada de ATER em agroecologia executado pela Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER/RO foi cancelado em 2017, o Instituto Padre Ezequiel Ramim – IPER acompanha as famílias no processo de organização e formação, principalmente da comercialização, porém não faz acompanhamento técnico produtivo, o que fragiliza a opção pela agroecologia no assentamento.

Algumas ações são criadas pelos Movimentos Sociais para melhorar a compreensão dos jovens sobre a importância de sua permanência no campo, em destaque, pode citar o encontro dos sem terrinhas, reunindo crianças de todo o estado, ligados aos movimentos que

compõem a *Via Campesina* Rondônia, o encontro tem caráter de estudo, reflexões e análise da realidade de um ponto de vista dos trabalhadores e trabalhadoras, colocando para as crianças de uma forma bem didática a sua idade, os caminhos para a luta e organização na qual eles se encontram envolvidos.

Outra atividade é o acampamento da juventude, atividade também da *Via Campesina*, o qual chama os jovens a refletir sobre a realidade, com o mesmo viés do encontro dos sem terrinhas, porém numa linguagem adequada aos jovens, há uma participação e envolvimento dos jovens do assentamento, porém, não se conseguiu ainda organizar um pós-encontro, definir ações práticas a serem executadas no assentamento, e isso acaba deixando os possíveis resultados que poderiam acontecer sem aplicação prática.

#### **4.2. O enfrentamento ao uso de Agrotóxico**

Das famílias assentadas, há um pequeno grupo, que a partir das orientações da organização produtiva do MST, resolvem, contradizendo a maioria, trabalhar com produção de alimentos sem agrotóxico. Tudo começou a partir das formações que o MST disponibilizava no acampamento e das formações oferecidas pela Diocese de Ji-Paraná, que através da execução de um convenio com cooperação europeia, oferecia aos camponeses das comunidades rurais formação em agroecologia.

Na época, a agroecologia era um conceito ainda novo, mais conhecido como agricultura alternativa. O aprofundamento da discussão começou com a implantação do Projeto Terra Sem Males, uma ação participativa construída com a iniciativa da Diocese de Ji-Paraná, através da CPT e do então Projeto Padre Ezequiel, que, juntamente com a Agência Regional de Comercialização – TUCUMÃ, resolveram encarar o desafio de construir uma agricultura com base ecológica.

Com participação e apoio das famílias camponesas, saíram em busca de construir práticas e conhecimentos em agroecologia visando à mudança de conduta na agricultura e a difusão de conhecimentos pela troca de experiência. Estes debates revelaram a necessidade de se realizar acompanhamento técnico com base na produção agroecológica, olhando a produção de alimentos com responsabilidade social e ambiental. Em 2003, com apoio financeiro da entidade inglesa CAFOD – Agencia Católica para o Desenvolvimento, o recurso ficou sobre a responsabilidade de execução da CPT.

A atuação do projeto se dava através de formação para a prática agrícola com ênfase na produção de alimentos em sistemas agroflorestais. Do Assentamento Padre Ezequiel, apenas uma família foi beneficiada,

porém, o efeito deixado foi tão contagiante que outras famílias aderiram ao não uso de agrotóxico. O resultado foi muito positivo, os camponeses e camponesas, passaram a produzir usando técnicas ditas alternativas, com uso de caldas, biofertilizantes, compostagens, rotação de culturas, pousio, dentre outras técnicas sugerida pelos executores do projeto.

A partir dessa iniciativa, começou a produção e debate agroecológico com outras famílias que resultou na criação em 2012 de uma feira denominada FEPAC – Feira de Produção da Agricultura Camponesa. Ao todo, a feira era composta por 26 (vinte e seis) famílias espalhadas por todo o município, do assentamento 12 famílias aderiram à feira. A FEPAC foi pensada numa estratégia de enfrentamento à produção convencional. Nos comércios da cidade de Mirante da Serra não havia para os consumidores, alternativas saudáveis de alimentos além de poucas variedades.

Com a feira, foi criada na cidade uma expectativa de alimentação diferenciada, sem agrotóxico e com contato direto dos consumidores com os produtores, tinha um formato de caixa único, foi impressa uma ficha com o nome de todos os feirantes, na primeira compra o consumidor recebia a ficha e a cada banca que passava, era acrescentada na ficha o valor de sua compra na frente do nome do feirante que lhe vendia o produto, esse sistema chamado de “*caixa comum*” deu tão certo e chamou tanto a atenção que a ideia rodou o Brasil, como boas práticas de comercialização.

Em 2014 as famílias camponesas conseguiram se cadastrar para venda no Programa de aquisição de alimentos – PAA, programa de compra direta de alimentos do governo federal para doação à escola, creches, hospitais, dentre outros, enfraquecendo a oferta de produtos na feira. Segundo relatos de alguns camponeses e camponesas entrevistados na pesquisa, não houve um processo de participação da juventude do assentamento na feira de forma direta, apenas no processo produtivo. Pensam que, devido à baixa lucratividade de feira, e por estarem envolvidos com estudos e trabalho fora, os jovens não se interessaram por participar das discussões, nas unidades produtivas, o processo produtivo ainda é uma responsabilidade dos pais.

Apesar dos desafios, a feira continua acontecendo, num formato menor, com 15 (quinze) famílias, sendo 08 (oito) do assentamento, o sistema de caixa comum continua. Mais que uma opção financeira, a feira se constitui um marco político, de afirmação da agroecologia e da organização das famílias, dando às famílias urbanas, a opção de buscar uma alimentação saudável. As famílias continuam recebendo acompanhamento técnico e capacitação através do agora

Instituto Padre Ezequiel Ramin, que auxilia também juntamente com MST e MPA na organização da feira.

Em 2017, teve início pelo Governo Estadual a execução de uma chamada pública de ATER em agroecologia que ainda em 2017 foi encerrada por falta de repasse de recurso pelo Governo Federal, que era o financiador. De 2014 a 2016, foi executado no assentamento também um programa Chamado Terra Forte, que visava o fortalecimento da cadeia produtiva do leite e do cacau, através da implantação na região de agroindústrias para beneficiamento de derivados de leite e cacau. Uma equipe do programa percorreu a região por alguns anos organizando as famílias, porém, por falta de repasse de recursos o programa teve que ser encerrado também.

O conjunto de mecanismos construídos ao longo do tempo compõe um processo de formação e de autonomia das famílias que, mesmo com vários desafios, resistem organizadas em torno do propósito de trabalhar e sobreviver, oferecendo para a comunidade alimentos livres de agrotóxicos.

As relações sociais criadas através das ferramentas de resistência coletiva estabelecidas como os grupos informais, feira, cooperativa, associações, dentre outros, criam bases para maior expressão da agricultura familiar e para a agroecologia na região, marcada por conflitos agrários que nos últimos anos tem se acirrados ainda mais. Apesar de não ter dados concretos, percebe-se um número de famílias cada vez maior que aderem ao não uso de agrotóxico, na quantidade sempre crescente de alimentos livres de produtos químicos ofertados na região, fruto da luta e resistência das famílias.

### **4.3. Organização coletiva**

A chegada ao assentamento gera muitos desafios às famílias. Há uma alegria muito grande por estar sobre seu próprio pedaço de terra, porém, toda a estada no acampamento deixa as famílias desorganizadas financeiramente. Segundo relata as famílias entrevistadas, foram 04 (quatro) anos de acampamento, período, que mais se gasta do que se arrecada.

Nos dias em que está no acampamento a família permanece sem conseguir trabalhar para arrecadar recursos, faz isso nos dias em que sai para casa de parentes esses dias são chamados “tirada de dia”<sup>21</sup>, que

---

<sup>21</sup> Período em que as famílias se ausentam do acampamento para trabalhar no intuito de ganhar dinheiro para cobrir as despesas familiares e contribuir na manutenção do acampamento.

dependendo da situação do acampamento pode demorar um pouco para acontecer.

O acampamento Padre Ezequiel passou por períodos bem difíceis, de confronto com jagunços que faziam a segurança da fazenda Urupá, e em dias com ameaça de conflitos não se pode “tirar dia”. Já desgastada financeiramente, com poder de investimento zero, ao chegar na “terra tão esperada” sem poder financeiro, a saída é se organizar, para abrir o primeiro espaço para construção dos barracos<sup>22</sup> para moradia, cavar os poços amazônicos para captação de água, ida à cidade principalmente em busca de empreitadas para ajudar a se manter, tendo em vista que os rendimentos das unidades produtivas ainda não existiam, para isso formavam-se os grupos informais, no trabalho coletivo conseguiam fazer as tarefas, mais rápido. Esses grupos informais de trabalho se formavam, a partir de afinidades entre as famílias ou por proximidades, sem influência da coordenação do então acampamento ou posteriormente do assentamento.

A partir do segundo ano, vieram alguns benefícios, cedido pelo INCRA, como uma ajuda financeira chamada fomento<sup>23</sup>, valor pequeno, mas que no início ajudou principalmente a melhoria na alimentação. Logo depois foi liberado o recurso para construção das casas e uma linha de crédito para custeio e investimento, a partir daí aconteceram todos os investimentos iniciais necessários para a consolidação das famílias nas unidades produtivas.

Nos anos que se seguiram, foram organizadas as associações, sendo 02 (duas) no assentamento, logo depois a organização da COPERNAPE- Cooperativa Agrícola de Produção, Comercialização e Gestão dos Recursos Naturais do Assentamento Padre Ezequiel, a cooperativa veio na intenção de ajudar na organização da comercialização da produção e na execução do manejo florestal da reserva em bloco do Assentamento e tem-se tornado uma importante ferramenta para organização das lutas das famílias.

A organização por meio dos grupos informais continua a acontecer, visto que, foi uma ferramenta importante para os assentados.

---

<sup>22</sup>Moradia inicial ao chegar no assentamento, feito de lona, com madeira roliça e folha de palmeiras, sem custo de implantação já que o INCRA doava as lonas e madeira e folha de palmeiras tem com abundância nas mata Rondonienses.

<sup>23</sup> Recurso do Governo Federal, vindo para viabilizar projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração de trabalho e renda, esse é o primeiro recurso que os assentados tem direito após a consolidação do assentamento.

O principal grupo foi da FEPAC, a feira contava com 12(dose) famílias do assentamento que produziam em sistemas agroecológicos, sendo uma proposta dos próprios agricultores/as que em parceria com movimentos sociais e na época o Projeto Pe. Ezequiel da Diocese de Ji-Paraná procurou debater uma solução para a comercialização dos produtos, assim como mostrar a produção dos assentados. A feira tem se destacado como um marco político na luta por alimentos livres de agrotóxicos. Na sua essência houve uma grande participação das mulheres na organização da feira, visto que, a produção de hortaliças e pequenos animais têm ficado na responsabilidade delas, esse envolvimento trouxe mais apoderamento das mulheres que passaram a se organizar em torno de beneficiar produtos como leite, cacau, mandioca entre outros para comercialização. Segundo relato dos entrevistados, os jovens até chegaram a se envolver no início com os trabalhos para preparação dos produtos que eram comercializados na feira, mas logo saíram para arrumar renda fora, já que a feira não produzia sobras financeiras suficientes para ser repassado a eles/as.

Outras formas de comércio são os programas de compra direta como PAA e PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, e Venda Direta ao Consumidor que também têm sido muito usados, pois são formas que garantem a venda da produção ora não absorvidos pela feira. Nesse contexto, os camponeses/as já planejam sua produção para abastecer tanto a feira como as outras fontes de comércio. O leite é vendido para os laticínios da região que também determinam os preços pagos pelo produto, nas comunidades foram instalados tanques que recolhem o leite para resfriamento quando então é levado pelo laticínio para beneficiamento.

A venda de carne é feita diretamente nos frigoríficos da região. Dentre as dificuldades encontradas para comercializar a produção está principalmente o transporte, a falta de um veículo que dê condições para escoamento da produção, condições das estradas no período chuvoso, quantidade reduzida de consumidores, baixo uso de tecnologia na produção e os chacareiros que por estar próximos da cidade estão diariamente oferecendo seus produtos nas ruas, principalmente hortifrutigranjeiros.

Essas famílias, a partir das formações que receberam, começaram a se organizar para resistir ao uso de agrotóxicos, início difícil, que contou com o apoio de instituições parceiras e com os movimentos sociais, já que ao optar pelo sistema de produção fora do convencional encontram dificuldades e acessar créditos que se adequem a realidade, além de orientação técnica produtiva qualificada. Segundo Uilson, camponês assentado *“Assistência técnica nunca existiu, tem*

*técnico que vem aqui fazer projetos de financiamento, mas acompanha e orientar não vem*". Todas as famílias que participaram da pesquisa são sócias de alguma associação do assentamento, da cooperativa e tem participação nas igrejas católicas.

A organização social tem caracterizado a vida no assentamento. O período no acampamento despertou nas famílias um olhar para a importância das lutas coletivas, as conquistas tem sido constantes, desde bens materiais através de emendas parlamentares, compras coletivas, parcerias com organizações sociais e trabalho em mutirão, até realização pessoal, visto que os/as camponeses se sentem pessoas melhores ao participar com as/os demais camponeses de ações de cunho social.

Para o MST, o caminho para a organização do assentamento é pela cooperação agrícola *“Organizar a produção com base em todas as formas de cooperação agrícola, como mutirões, formas tradicionais de organização comunitária, associações, cooperativas, empresas públicas e cooperativas de prestação de serviços”* (MST, Caderno de Debates nº 1, 2013, p. 41).

O Assentamento Padre Ezequiel, seguindo as orientações do MST, tem se organizado de forma a contemplar a maior parte possível das famílias, ainda não tem um plano de atuação coletivo, porém as organizações coletivas estão cumprindo seu papel de criar subsídios para que as famílias possam se desenvolver, trabalhar e buscar melhorias para suas vidas.

#### **4.4. Produzir com quantidade, porém não abrindo mão da qualidade**

O desafio de produzir e se sustentar no campo é muito grande em Rondônia, as famílias camponesas ainda não acessam tecnologias que podem facilitar e aumentar o rendimento do trabalho. O momento de acessar o crédito para custear a produção, sempre vem casado com a implantação de pacotes tecnológicos que contempla o uso de agrotóxicos e adubos. No caso dos maquinários, impactam muito o valor dos financiamentos por terem custo alto, ficando sempre para segundo plano. O único financiamento com facilidade de ser acessado é para implantação, melhoria e manutenção de criações bovinas, seja de leite ou corte.

O mercado agrícola Rondoniense, assim como em todo Brasil, é controlado pelo capital financeiro e pelas empresas transnacionais, ou seja, o processo de produção de riquezas é realizado pelo trabalho na esfera da indústria agrícola. Devido aos altos valores das máquinas agrícolas, as famílias camponesas tem dificuldade em acessar essas

tecnologias, fazendo o trabalho de forma manual, ainda com muita força braçal, por ser considerada baixa a produtividade do trabalho, a produção ainda é baixa. Com a saída dos jovens rurais para as áreas urbanas cada vez mais cedo, a carência de força de trabalho no campo é muito grande, a diminuição da oferta de trabalhadores e trabalhadoras do campo fez o custo aumentar muito, praticamente inviabilizando a contratação de eventual força de trabalho temporária.

O fator preço de venda dos produtos é motivo de preocupação, desânimo e esvaziamento do campo. Na fala do camponês *Limiro* podemos notar que os incentivos governamentais poderiam ajudar as famílias principalmente na geração de renda

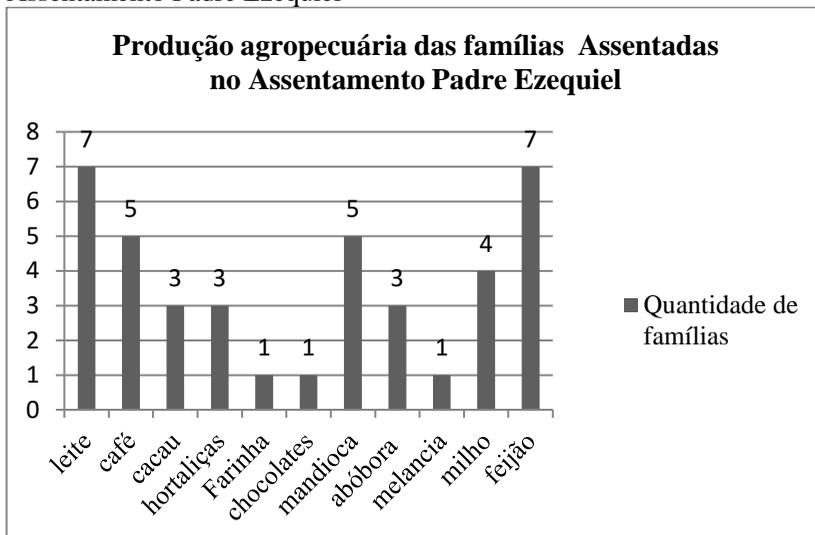
A gente é claro, se tivesse a tabela de preço pra produção teria como o jovem fica junto com a gente nas propriedades, porque a gente poderia trabalhar com mais incentivos da lavoura branca, mas tipo, muito limite de não ter uma tabela é uma das coisas que mais força o jovem sai, que trabalha e chega a hora de venda da produção, porque lavoura branca não tem como você fazer depósitos, acaba você, tendo que se obrigar a necessidade, a venda não é o suficiente para manter em cima da terra.

É uma conta que não fecha, pois o preço praticado pelos produtos que são controlados pelo mercado mundial é sempre muito abaixo do esperado, porém, o custo para se produzir aumentam ano a ano, assim como a dependência de produtos químicos que mesmo nas unidades produtivas orgânicas, por estarem em meio à produção convencional, tendo suas águas e solos contaminados, sentem com o passar do tempo, diminuir a fertilidade natural de seus solos.

Esse baixo preço praticado no caso de Mirante da Serra, pelos atravessadores que são as únicas fontes de comércio na cidade, na compra da produção, principalmente de produtos vegetais, fazem os camponeses desistir do cultivo, ficando basicamente produzindo apenas leite e carne bovinos. Os feirantes, que vendem direto ao consumidor, continuam investindo no cultivo principalmente de hortaliças, derivados da mandioca, cacau, açafrão, dentre outros. A renda familiar não fica comprometida já que o leite é a fonte de renda mensal. Segundo relatos, as famílias que não estão comercializando na feira, não produzem vegetais nem para alimentação, buscando no mercado o que precisam, as que participam da feira, dizem não depender do mercado para compra de alimentação básica.

O gráfico 01 a seguir mostra a produção das famílias agroecológicas. Em geral, o leite ainda é o principal produto produzido e constitui a principal fonte de renda das famílias.

Figura 4 - Produção Agropecuária das famílias assentadas no Assentamento Padre Ezequiel



Fonte: Souza, 2017

A produção leiteira no assentamento é facilitada pelos incentivos recebidos e pela praticidade, basta comprovar a prática da atividade que se consegue acessar recursos para custeio e investimento através dos bancos locais. Há ainda um comércio aberto para venda do produto, com uma pequena variação de preço no decorrer do ano, se junta a isso a pouca força de trabalho utilizada e a entrada mensal de recursos financeiros.

Com todo o cenário a favor, o leite se tornou a principal fonte de renda de praticamente todas as famílias. No grupo agroecológico do Assentamento Padre Ezequiel, apenas uma família não produz leite, por haver uma resistência quanto aos prejuízos ambientais causados pela atividade. A justificativa do camponês é que o sistema de produção utilizado sacrifica muito a natureza, os rios são mal utilizados e estão todos morrendo, a criação extensiva de bovinos, necessita uso de grandes áreas, ocupando assim toda a extensão da unidade produtiva, e isso tem provocado à compactação do solo e o assoreamento dos rios.

Fica claro, então que a primeira onda de problemas ambientais está profundamente enraizada no sistema socioeconômico hegemônico, que promove a monocultura, o uso de tecnologias dependentes de elevados aportes de insumos e a adoção de práticas agrícolas que promovam a degradação dos recursos naturais (ALTIERI, 2012, p. 35).

Os governos estaduais de Rondônia têm sucessivamente incentivado a implantação de culturas agrícolas através de programas que mudam a cada novo mandatário. Atualmente tem colocado incentivos inclusive financeiros, para implantação de lavouras de café clonal e pisciculturas. Essas duas práticas são extremamente agressivas as nascente de água e ao solo, já que o café clonal é dependente de irrigação e a piscicultura é praticada em tanques cavados nas áreas de nascentes. O problema é que, após os incentivos iniciais para a produção, muda se o governo, e outras culturas passam a ser incentivadas, ficando as famílias camponesas com uma produção sem comércio e sem preço, com prejuízos financeiros e ambientais gerados pela estrutura usada na produção.

O cenário macro não é animador, estamos num momento em que os governos têm usado as crises para justificar cortes nas políticas sociais. A agricultura familiar entraram nos cortes dos recursos com previsão de baixa considerável no investimento, com isso, as possibilidades de apoio que já eram pequenas, ficam ainda menores. O caminho escolhido pelo grupo de famílias camponesa do assentamento Padre Ezequiel, tendo a agroecologia como orientação técnica, diminuindo consideravelmente os custos de produção, não depende tanto de políticas públicas de apoio à agricultura camponesa.

As famílias estão produzindo uma pequena diversidade de produtos, baseada na geração de renda, mas principalmente, em produtos básicos da alimentação diária, buscam-se mercados alternativos dispensando grandes estruturas, como feiras, programas de compras diretas e venda direta ao consumidor. O não uso de produtos de origem sintética na produção, no preparo da área para plantio e no controle de insetos e doenças, tira as famílias do ciclo de dependência, com prejuízos ambientais menores, a saúde do solo permanece, assim como as fontes de água e a saúde da família.

#### 4.5. Agroecologia no Assentamento Padre Ezequiel

O tema agricultura sustentável tem surgido nas discussões agrícolas pelo mundo, devido ao fracasso sentido na agricultura defendida pelo agronegócio comercial, vários profissionais e famílias camponesas começaram a debater o tema, não só com uma abordagem técnica, mas também com uma visão social, cultural, política e econômica. A agricultura tem seus estudos também voltados para seus impactos deixados na sociedade como um todo, com a baixa na produtividade do solo muito notada nas comunidades, a desregulação da temperatura, puxada por temperaturas extremas e ciclo de chuvas e seca diferentes a cada ano.

A discussão sobre a agroecologia precisa tratar da complexidade do funcionamento dos agroecossistemas, para permitir o desenvolvimento não só da agricultura, mas também de todos os seres que habitam este planeta. Aprofundar no debate do uso do solo e suas consequências, da preservação da vida através da diversidade produtiva, o que incentiva não só o desenvolvimento dos vegetais mais também dos micros e macroorganismos do solo.

Alguns temas antes não discutidos como cuidado com o lixo, recuperação de nascentes dentre outros, precisam ser inseridos nas conversas sobre agricultura, não só com as famílias camponesas, mas também com os latifundiários. Os estudos da agricultura precisam dar respostas sobre como manejar os agroecossistemas de forma que gerem resultados produtivos, mas que possam conservar os recursos naturais sem perder de vista os aspectos culturais e sociais envolvidos.

A agricultura praticada pelas famílias agroecológicas do Assentamento Pe. Ezequiel dá conta de responder vários aspectos defendidos pelos estudos da agroecologia, porém, em alguns aspectos precisa evoluir. Dentre os fatores positivos está o não uso de produtos de origem sintética como agrotóxicos, adubos e hormônios. Estes são causas da intoxicação do solo, da água e do ar. Outro fator é o uso da força de trabalho familiar, quando necessário ainda há práticas como “troca de dia” e mutirões.

Devido à força de trabalho ser um limitante no processo produtivo, essas práticas minimizam os impactos do esvaziamento do campo sobre o trabalho na produção. É importante enfatizar que, por utilizar força de trabalho familiar no processo produtivo, as famílias agroecológicas do assentamento Pe. Ezequiel envolvem os jovens nos trabalhos, segundo relatado nas entrevistas, os meninos no trabalho de produção na roça e as meninas no trabalho da casa.

Outro fator é a disponibilidade da comunidade para se reunir, estudar e debater suas práticas, a avaliação a partir do olhar da comunidade tem auxiliado no entendimento sobre a atuação no manejo dos agroecossistemas, entendendo a complexidade do entorno. Um fator ainda possível de ser listado é o controle sobre as vendas da produção, por ser produtos diferenciados, com mais variedades e qualidade nutricional superior, advindo do sistema de produção agroecológico, as vendas são feita diretamente aos consumidores, que com o tempo passaram a confiar nas famílias camponesas.

O fato de o agricultor estar disponível para que os consumidores possam visitar suas áreas produtivas e verificar como se dá a produção gera uma credibilidade na hora de comercializar o produto e por ultimo, destaca-se a organização da comunidade, que conjuntamente com famílias que compõem o grupo agroecológico de fora do assentamento, discutem todo o processo produtivo, desde preparo da área, até a organização da feira, da associação para ingresso nos programas de compra direta e venda direta aos consumidores, criando alternativas para minimizar as adversidades.

Fatores que ainda precisam avançar do ponto de vista da agroecologia e que já é objeto de debate das famílias camponesas são principalmente o uso do solo, a bovinocultura extensiva, a variedade produtiva e a distribuição da renda. No caso do uso do solo, práticas como cobertura vegetal, sistemas diversificados numa mesma área, rotação de culturas e uso de leguminosas como fixador de nitrogênio, precisam estar mais presentes no dia a dia das famílias.

O pouco uso ou falta destas práticas influencia diretamente nos resultados finais da produção com baixa na quantidade e qualidade visual, ataques de insetos, fungos e incidência de doenças, solos compactados e desnutrição estão entre as adversidades que aparecem. No caso da bovinocultura extensiva, o intenso pisoteio do gado no solo causa compactação extrema, identificado como um dos principais problemas da bovinocultura em Rondônia. O pastejo constante não permite que a gramínea se refaça, sem as folhas a fotossíntese é comprometida.

Com solo pobre, compactado e sem fazer fotossíntese, a qualidade nutricional fica deficitária, afetando o desenvolvimento do rebanho, porém o debate da melhoria do sistema como piqueteamento baseado no Pastoreio Racional Voisin-PRV<sup>24</sup> e melhoramento genético

---

<sup>24</sup> O Pastoreio Racional Voisin, é um sistema de manejo das pastagens, que se baseia na intervenção humana, nos processos de vida dos animais, da vida dos

do rebanho tem acontecido entre as famílias. Um dos princípios da agroecologia é “*promover a diversificação inter e intraespécie no agroecossistema, no tempo e no espaço*” (ALTIERI, 2012, p. 106). A diversificação de espécies ainda é um fator limitante, apesar de haver, em comparação com a agricultura convencional, uma maior diversidade produtiva. Para *Bananeira*, assentado;

Precisamos avançar na organização para uso do solo, principalmente na criação de gado, o piqueteamento pode ajudar nessa questão, só assim vamos conseguir produzir mais e ter mais lucro, no caso da produção de alimentos, temos que produzir o que comemos. Só assim vamos conseguir manter nossos filhos perto da gente.

No debate da agroecologia de sustentabilidade econômica, aquela praticada para manter as despesas familiares, ainda precisa avançar um pouco na variedade de produtos colhidos, pois as famílias não produzem todos os alimentos que consomem, tendo que buscar na cidade muitos itens de suas refeições. E por último a distribuição da renda, ainda muito concentrada na figura paterna, aos jovens que ainda estão no campo fica o compromisso de ajudar na produção. Já na partilha dos lucros que são muito pouco fica com uma pequena parte, fruto da boa vontade muitas vezes do pai.

A partir da pesquisa podemos afirmar que o fator acesso à renda é decisivo para que o jovem permaneça no campo, visto que os jovens afirmam que se conseguissem renda, permaneceriam morando na unidade produtiva de família.

A agroecologia construída pelas famílias do Assentamento Padre Ezequiel procura em sua essência, estabelecer uma melhor relação com a natureza de forma a extrair dela o que precisam para sobreviver, deixando o menor impacto possível, a conscientização quando ao papel do humano na natureza permeia todo o discurso entre as famílias. Buscando por uma vivência melhor, com mais saúde, construída a partir de princípios sociais, na ajuda mútua pela comunidade, com a prática de alimentação saudável, de respeito ao complexo funcionamento dos agroecossistemas, pensando principalmente no outro, tendo a produção de alimentos como “um ato de amor ao próximo”, conciliando a vivência entre todos os serem da terra buscando uma vida prazerosa.

O assentado *Sivaldo* resume em uma fala o que significa a agroecologia na prática para os camponeses, que conscientemente, fazem da produção de alimentos uma forma de amor a vida e a natureza:

Produzir alimentos sem veneno é um ato de amor ao próximo, e se amamos o próximo, não podemos dar alimento envenenado a ele, Deus nos ensinou a fazer o bem a nosso semelhante. O respeito à natureza é fundamental para construirmos um campo melhor, agredir o menos possível a natureza, ter consciência de que precisamos deixar algo melhor do que recebemos a nossos filhos.

Vê-se a importância de fazer uma maior reflexão sobre as práticas da agricultura brasileira. A agressão ao meio ambiente com produtos químicos significa agredir o nosso próximo. As famílias estão apostando no beneficiamento da produção, buscando agregar valor para melhorar a renda, assim aumentar seu poder de investimento.

#### **4.6. A juventude na busca pela autonomia**

A autonomia de um ser se dá na capacidade de gerir sua própria vida, tem a ver com independência, liberdade, autossuficiência. Esta é a grande busca da juventude nesse século, uma busca que aparece na vida dos jovens cada dia mais cedo. Nesta parte do texto vamos tratar da realidade dos jovens do Assentamento Padre Ezequiel, seus enfrentamentos em busca da autonomia.

Vários fatores tem determinado a vida dos jovens no Assentamento, dentre eles a relação com a cidade, o trabalho árduo, a renda e sua distribuição, o lazer, a educação, enfim são vários aspectos a serem analisadas para chegar aos porquês das ações da juventude e sua saída do campo. A juventude não está mais no campo, e suas buscas são legítimas. O primeiro fator que aparece é a relação com a cidade.

No Assentamento Padre Ezequiel, até 2015, tinha uma escolinha dentro do assentamento, parte das crianças nos anos iniciais estudavam dentro do próprio assentamento, assim como as demais escolas rurais do município, essa escola foi fechada, o que causou revolta em parte dos pais que chegaram a ir a prefeitura reivindicar a permanência da escola, sem sucesso nas negociações.

Hoje, todas as crianças do assentamento em idade escolar passam de segunda a sexta-feira metade de seus dias nas escolas urbanas, com crianças de todas as partes do município. A saída das crianças do espaço da comunidade por tanto tempo gera um afastamento, um estranhamento da realidade local, as crianças passam a desvalorizar a comunidade. O espaço urbano, para a criança e o adolescente se parece

muito bom, com um aglomerado de pessoas que, teoricamente, tudo faz e tudo pode.

A descoberta de um mundo novo, com novas e boas coisas a fazer coloca a criança com um encantamento pelo espaço da cidade. Ao ir crescendo e formando sua personalidade, começa a incorporar a ideia do campo atrasado, lugar que nada tem de bom para fazer, e vê o espaço urbano como um campo com muitas possibilidades. Aliado a isso vem à filosofia das famílias de que o trabalho no campo é para pessoas atrasadas, na visão das famílias, os filhos precisam estudar para conseguir um bom emprego e ganhar dinheiro.

Com a chegada à adolescência, chegam também os compromissos com o trabalho que para os meninos é na lida com os animais e plantação, já para as meninas é no trabalho com os cuidados da casa. Ambos requerem um esforço físico, o trabalho dito “pesado” é considerado um dos fatores que afastam o/a jovem do campo, que busca para si o conforto de trabalhar fora do sol, em meio as pessoas. O jovem *Renato* revela que até gosta do trabalho no campo, principalmente na lida com gado, porém, o trabalho da lavoura é muito difícil, pois o sol castiga e se não trabalhar no sol não consegue fazer nada, e que apesar de toda dificuldade no trabalho o que ganha por isso é muito pouco, nesse caso o melhor é sair para trabalhar fora.

A quantidade de esforço colocado no trabalho depende da metodologia adotada por cada família. Segundo Stropasolas (2006, p. 210)

Cabe ressaltar que a intensidade e as características que configuravam/configuram o ambiente de trabalho na infância e adolescência no espaço rural, dependem das condições objetivas e subjetivas de cada família, em que se verifica que cada um tem uma maneira, tem pai que coloca o filho mais cedo no trabalho, já outro não.

Strapasolas (2006) afirma que o trabalho desenvolvido pelos filhos é internalizado nas famílias e na própria juventude como ajuda e não como trabalho, assim, justificando a ausência de remunerações devida. Ao pai cabe dar uma ajuda ao filho no momento em que ele resolve ir a uma festa, ou outro evento, repassando uma pequena quantidade financeira para gastar naquele dia, não cabendo ao filho a participação nas decisões e no destino dos recursos conquistados. *João*, jovem que foi estudar em outro estado, disse:

Eu sempre gostei de morar no assentamento, mas, pra gente conseguir dinheiro aqui tem que trabalhar diária, e não tem muita gente que paga, o valor é baixo e você tem que trabalhar muito, então é muito difícil, por isso estudar é uma forma de tentar mudar isso, sei que pesa aos meus pais por um tempo, mas depois acho que ficarei melhor.

A renda no campo não se reduz ao dinheiro, em muitas famílias, a maior renda está no que deixa de comprar. Os sistemas produtivos montados pelas famílias, pela pequena diversidade, são complexos em seu funcionamento e geram diferentes resultados que podem ser contabilizado na renda familiar. A manutenção da fertilidade natural do solo pode ser contada como renda, pois os gastos para preparo do solo e para torná-lo produtivo, diminuem consideravelmente.

Outro fator é a diversidade quantitativa e qualitativa gerada pela produção de alimentos, fazendo com que os gastos com comida e saúde tenham uma queda. Nos sistemas de cultivos, as famílias diversificam principalmente nos itens alimentícios, garantido que tenha tirado do solo, produtos de cozinha, já nos sistemas de criação, o que impulsiona é o gado que, apesar de ser gado de leite, também gerar bezerros para venda de carne e para consumo das famílias, além de suínos, aves e caprinos. Para Melo e Martins (2017) “Esse conjunto representa um repertório de meios pelos quais se sustenta o funcionamento e a reprodução dos agroecossistemas e confere a eles a capacidade de resistir, adaptar-se e recuperar-se de momentos de crise”.

A renda agrícola não monetária é o que tem impulsionado as famílias em seu dia a dia, na resistência no campo na prática agrícola, precisa discutir como a juventude pode ser inserida nesse contexto, no quesito produção e no quesito distribuição da renda, pensar em implantação de projetos produtivos para a juventude que lhes garantam renda monetária para que suas necessidades materiais sejam supridas, e fazer com que entendam o que deixam de gastar como renda. *Joana*, que passou parte da infância no acampamento e cresceu no assentamento, relata sua dificuldade em se manter no assentamento e porque, mesmo sem querer sair teve que ir trabalhar na cidade de Mirante da Serra:

Eu cresci aqui, no meio das pessoas, gosto da comunidade, das pessoas, quero ficar perto de minha família, mas também quero ter minhas coisas e a renda aqui não permite, então resolvi ir trabalhar no supermercado da cidade para poder fazer isso, o que ganho não é muito mas posso comprar o que preciso e ainda ajudar em casa.

A baixa renda monetária tem influencia em praticas importante para a juventude. O lazer traduz bem esse debate. O município de Mirante da Serra não possui muitos pontos de lazer, por ser uma cidade pequena. Os investimentos públicos e privados no lazer não tem conseguido satisfazer a juventude. Para *Edvânia*, uma das jovens entrevistadas, principalmente as jovens ficam prejudicadas pela falta de opções de lazer criadas na comunidade:

Eu acho a interação bacana entre partes, sempre tem um que é meio desviado do grupo mesmo, as pessoas sempre são legais umas com as outras, conversam bastante, eu acho que o que falta é os adultos olhar, para os jovens, porque igual eles aqui, esses dias atrás criaram um bolicho<sup>25</sup> lá na gleba, cara, um jovem vai?, quer dizer, uma mulher, porque um homem vai, então eu acho que eles vê muito o lado deles, deles se diverti e tal, e nem procura mais no lado do jovem, mas é bem bacana a comunidade aqui.

Essa é uma queixa comum para as meninas, já que as comunidades rurais se organizam em torno do time de futebol masculino. No assentamento Padre Ezequiel tem quatro times de futebol masculinos constituídos que se organizam durante o ano para disputa de amistosos e campeonatos amadores organizados pelo município que ao mesmo tempo, não se interessam em organizar o campeonato para as mulheres.

O ser jovem mulher no assentamento possui uma particularidade diferenciada, as meninas, após atingirem a idade adulta, tem como opções sair para trabalhar e/ou estudar ou casar. Elas não são inseridas nos projetos produtivos que geram renda financeira, ficam com a responsabilidade de organizar o trabalho da casa que não é visto como trabalho remunerável. *Edvânia* diz que: “*Eu ajudo no trabalho da casa e às vezes ajudo na horta, o resto do tempo fico na internet e fazendo os trabalhos da escola*”.

A descrição da rotina dos jovens nos faz entender a angústia colocada, uma vez que, nem o poder público nem a comunidade se preocupam em debater suas demandas. Segundo a assentada *Divani*, a rotina de seu filho se traduz em “*trabalha durante a semana, à noite internet, nos fins de semana é campo à tarde e igreja de manhã*”, essa é a demonstração de lazer colocada pelos pais e jovens. As iniciativas de

---

<sup>25</sup> Bar de pequeno porte para venda de bebidas alcoólicas, refrigerantes, salgados e que dispõem de mesas para jogos de sinuca, muito comum nas comunidades rurais rondonienses.

organização própria, esbarram no pouco interesse. *Jaine*, uma jovem do assentamento relata que:

Eu até um tempo atrás, estava querendo mexer com grupo de jovens, mas o pessoal daqui é uns moleques, o pessoal que considera como jovens aqui num tem muito respeito, ai a mãe pediu pra mim pegar material com a Matilde para mexe, mas nem compensa, porque, se três presta atenção a restante fica só achando que é brincadeira, é tudo pré-adolescentes de 15 anos mesmo, se junta, se dá uns oito no máximo, da oito se pega os da outra gleba, só que daqui mesmo da nossa comunidade mesmo só quatro ou cinco que tem 15 anos, o resto tudo é, sai mais pra rua, fica tudo lá os homens lá.

O não envolvimento da comunidade com a organização da juventude faz ainda mais desafiador o permanecer no campo, já que apenas exige que o jovem participe, não criando espaços exclusivos de atuação dos mesmos, colocando-os sempre obedecer a uma proposta que já existe e que foi planejada para inserção adulta. Percebe-se que o desafio de se organizar em torno de atividades próprias não é colocado aos jovens como opção.

O desafio dos jovens permanecerem nas comunidades rurais se faz maior quando se trata da educação. É comum nas comunidades rondonienses localizadas nos espaços rurais a não permanência das escolas de ensino básico, tendo as crianças que ir à cidade estudar. O governo de Rondônia, na década de 2000, implantou um sistema de nucleação das escolas, regionalizando o ensino, assim foram construídas escolas denominadas polos, onde educandos e educandas de toda uma região são colocados em uma mesma escola. Nas cidades menores, foi concentrado todo o ensino básico na zona urbana. No caso do Assentamento Padre Ezequiel, as escolinhas que haviam foram fechadas, hoje, todas as crianças estudam na cidade de Mirante da Serra, as mais distantes andam cerca de 25km de casa até a escola.

Para quem almeja estudar um curso técnico e ou superior as opções são ainda mais complicadas, pois o município não oferece cursos que atendam a demanda dos jovens do município, nem público nem particular. Parte das famílias consegue se organizar para mandar seus filhos estudarem fora de Mirante da Serra, como é o caso da família da *Edvânia* que mesmo encontrando dificuldades financeiras a matriculou em uma escola comunitária no município de Ji-Paraná vizinho a Mirante da Serra e maior aglomerado de pessoas da região. Para *Edvânia* sua vontade é:

Terminar meu curso técnico agora e assim, que eu sair de lá, não digo que vou ficar na propriedade não, porque aqui pra mim não vejo muito recurso pra crescer como eu quero, porque eu quero fazer curso de direito pra advogada e como meu curso é técnico em agropecuária, eu quero uma área que abrange meu curso, então se eu fazer pra advogada, pra mim pegar meu curso que eu tenho lá junto com advogado eu quero me especializa na área de meio ambiente, advogada ambiental.

Para Renato, jovem que também estuda fora do assentamento, *“estar longe dos pais é muito ruim, queria poder ficar aqui, contribuir no trabalho, ajudar meu pai na roça, eu gosto do assentamento, cresci aqui, mas não tenho como estudar e quero me formar, não é só sonho de meu pai, é meu também”*.

Nota se que há na juventude uma vontade de continuar os estudos. O Curso Técnico em Agropecuária nas Escolas Família Agrícola tem contemplado várias famílias rurais, não só pelo preço praticado das mensalidades de acesso a escola, mas por ter um curso que dialoga muito bem com as demandas das famílias rurais, tem procurado incentivar as famílias ao não uso de agrotóxicos, trazendo para a grade de formação técnicas de manejo de solos alternativas aos produtos químicos.

No município de Cacoal, outro importante aglomerado urbano regional, cerca de 200 km de Mirante da Serra, a Escola Família Agrícola daquele município, hoje recebe 08 (oito), pós-adolescentes e jovens que fazem o curso Técnico em Agropecuária através do PRONERA<sup>26</sup>, esses jovens que sonham em se formar em nível superior, o curso técnico se torna um caminho possível para a universidade, Jaine relata *“Estou fazendo curso técnico em agropecuária, penso em tocar pra frente pra aprende, mexe com lavoura com animal”*.

A busca por estudo é um sentimento tanto dos filhos quanto dos pais, para Lia uma agricultora do Assentamento que vê diariamente sua filha ir trabalhar na cidade de motocicleta, o fato da filha não ter estudado foi um prejuízo que a afastou de casa.

---

<sup>26</sup> O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) tem como objetivo fortalecer o mundo rural como território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e éticas, é uma política de Educação do Campo desenvolvida em área da Reforma Agrária, executada pelo governo brasileiro.

Claro que se eu tivesse aqui no sítio, produzisse uma coisa, no valor que desse pra fazer o curso dela, claro que eu queria que ela ficasse aqui, nunca tivesse saído, que pelo menos você não fica preocupada, às vezes passa da hora de chegar e a gente se preocupa, é acidente, igual aconteceu, perdeu um pedaço do dedo e tudo, estando em casa você sabe que pode acontecer, no trabalho não tá escape, mas pelo menos esta perto.

Essa contradição no discurso traduz o sentimento das famílias, pois ao mesmo tempo em que deseja os filhos por perto, também querem que os mesmos estudem e/ou trabalhem. Aos que pretendem cursar uma formação em nível superior, o caminho é ir para outros municípios ou enfrentar diariamente horas de ônibus até a faculdade.

Ao pensar a realidade da juventude no Assentamento Padre Ezequiel, vemos que a falta de uma renda monetária que satisfaça a vontade dos jovens se faz um tabu para a família, há uma interação social construída nas comunidades, que fazem os jovens declarar uma vontade de ficar, mas o desejo de crescimento financeiro levam os mesmos a optar por ir atrás de suas conquistas. Os jovens que ainda moram no assentamento, e não estudam, todos trabalham na cidade em comércios locais, uma saída encontrada para superar o pouco desempenho financeiro da família.

A agroecologia praticada pelas famílias envolve inicialmente a juventude no trabalho, porém ao se tornar adulto, a necessidade de renda própria ou estudo, leva o jovem a procurar ocupação externa, é fundamentada nos conceitos dos movimentos sociais, que busca a interação social e o envolvimento da família nas atividades, diversidade produtiva, associadas e participação em espaços de formação dos movimentos sociais deram a essas famílias a tranquilidade de ter em seu dia a dia uma segurança alimentar, dispensando a grande necessidade de recursos financeiros. Porém a falta da implantação de projetos produtivos específicos que gerem renda financeira aos jovens compromete sua permanência nas unidades rurais. Sem acesso a renda própria o jovem busca fora da unidade produtivo sua viabilidade financeira.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões tiradas a partir das reflexões acerca das temáticas que sustentam a pesquisa aqui descrita aprofundaram um pouco mais a realidade da agroecologia, da juventude e sua relação, trazendo para o texto a realidade da juventude do Assentamento Padre Ezequiel em Mirante da Serra. As considerações finais abordarão os principais pontos da pesquisa, trazendo as evidências sobre a realidade em que se encontram as famílias que definiram como política de vida a produção de alimentos limpos e como essas famílias tem conseguido envolver os jovens nas atividades rurais.

A ocupação do espaço compreendido do município de Mirante da Serra se deu a partir de migrantes vindos das regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste. No período da grande ocupação do espaço Rondoniense, décadas de 1970 e 1980, os municípios de Rondônia que não estavam às margens de BR364 receberam muitas famílias camponesas que, chegando a Rondônia, não tiveram acesso a terra através dos Projetos de Integrados de Colonização, com isso, avançaram rumo às fronteiras agrícolas. Assim surgiram vários municípios de Rondônia, entre eles, Mirante da Serra.

O município de Mirante da Serra é considerado em Rondônia um município de porte pequeno, com uma população estimada em 11 mil habitantes, dessa população, cerca de 43% reside na zona rural (CENSO 2010), e por isso possui atividade agrícola muito ativa, a agricultura, principalmente na produção de grãos e leite bovino pelas famílias camponesas é uma das bases de sustentação financeira do município. A produção rural é baseada nas possibilidades de comércios, como em Rondônia produz-se em grande escala para exportação, as famílias rurais investem suas economias e forças em produtos fáceis de serem comercializados.

No município de Mirante da Serra, assim como em todo país, existe uma categoria de comerciantes que são os chamados atravessadores, pessoas que se especializam em comprar os produtos das famílias rurais, juntando uma quantidade possível de ser vendida fora do estado, pagam o menor preço possível, para obter os maior renda. Como as famílias não tem como vender para os comércios externos por não terem quantidade suficiente e não conseguirem se organizar para venda conjunta, se sujeitam aos comerciantes do município.

Os comércios urbanos, não absorvem muita força de trabalho, e pela proximidade, parte das pessoas que possuem empregos na cidade, continua morando na zona rural, essa é a realidade do assentamento Padre Ezequiel. Os salários pagos são muito baixos, não valendo a pena ir morar na cidade, tendo em vista o aumento das despesas. As maiores

possibilidades de empregos estão, nas redes de supermercados, lojas de confecções, postos de gasolina, laticínio e os profissionais autônomos. No Município de Mirante da Serra, um dos principais meios de transporte é a motocicleta, veículo com pequena despesa de manutenção e muito usado no transporte individual de pessoas, é muito fácil notar que ela está presente na vida de quase todas as famílias do município, pelo fluxo desse meio de transporte na cidade.

Por ser muito próximo da área urbana, cerca de cinco (05) km, o Assentamento Padre Ezequiel possui uma estreita relação com a cidade. Nas entrevistas, as famílias, principalmente os homens, relatam ir a cidade cerca de quatro (04) vezes na semana, há casos de pessoas que vão todos os dias, buscar ou levar algo, no caso da juventude, após encerrar o ensino médio, que é todo na cidade, continuam a frequentar o espaço urbano, haja vista, as relações construídas durante os anos em que estudaram nos colégios urbanos. Além disso, as atividades noturnas de lazer acontecem em sua maioria na cidade, o que atrai principalmente os meninos que possuem maiores facilidades de deslocamento.

Nota-se que o assentamento Padre Ezequiel recebe muita influencia externa, pela localização em que se encontra para a juventude, isso ajuda no convencimento a deixar o assentamento, pois, o envolvimento com os jovens da cidade de Mirante da Serra, o acesso às festas e lazer na zona urbana é muito fácil.

As estradas do assentamento se encontram sempre trafegáveis, a manutenção é feita através de parceria entre INCRA e Prefeitura municipal, que precisa manter o tráfego dos ônibus para levar os alunos até os colégios urbanos nos três turnos de aula. As escolas se tornaram outro problematizador no que se refere à manutenção dos jovens no assentamento, a interação das escolas com o assentamento não existe. Segundo os pais, não há nenhum evento escolar no assentamento, as reuniões tem uma participação pequena das famílias, aumentando sempre mais as distancias entre as comunidades do assentamento e a escola.

Os movimentos sociais em que as famílias estão envolvidas criam espaço para a juventude, incentivam a participação em suas atividades e procuram envolver os jovens em suas instancias, acreditando na rebeldia da juventude como motivador para lutar por direitos, porém essas ações não tem dado conta de manter uma aproximação efetiva dos jovens que, ao atingir maior idade afastam-se para cuidar de seus afazeres.

Os jovens do assentamento tem acesso a mídias sociais, a proximidade da cidade, permite acesso à internet no celular em quase todo o assentamento, facilitando o acesso, muitas famílias possui *wifi* em casa, o que coloca os jovens em contato permanente com jovens de fora do

assentamento, esse contato contribui com o distanciamento dos jovens com a comunidade local, as redes sociais é o contato mais fácil que as famílias possuem para falar com as pessoas distantes haja vista, a dificuldade com a cobertura das operadoras de celular.

Por ser um município pequeno, a rádio local é uma ferramenta muito forte de interação entre as famílias e o comércio, a participação das pessoas tanto pedindo música, quando mandando recado na rádio é muito grande. Observa-se que durante o dia, principalmente pela manhã, nas casas visitadas, todas as famílias estão escutando o programa da rádio local.

Do ponto de vista da produção agrícola, as famílias que produzem sem uso de produtos químicos, são conscientes dos benefícios de uma alimentação saudável, e a prática de uma forma que venha contribuir com a comunidade e o entorno. Praticam a produção de alimentos básicos e sabem do compromisso de oferecer às demais famílias do município produtos que venham a acrescentar na saúde. Organizada pela igreja católica, muito atuante no estado, a pastoral da saúde, que trabalha com homeopatia, faz um trabalho não só de cuidado, mas de conscientização das famílias quanto ao uso de produtos químicos.

A igreja católica também, através de um Convênio de Cooperação Europeia, desenvolveu até 2016 um projeto de apoio a grupos de pequenos agricultores/as organizados em grupos para a produção agrícola agroecológica e organização para comercialização através de feiras livres e para programas do governo, além de venda direta a consumidores/as. O grupo de Mirante da Serra se organizou em torno da FEPAC, com a participação das famílias do assentamento e famílias das comunidades tradicionais da zona rural do município.

Mesmo com todos esses incentivos, das organizações sociais nas quais as famílias estão ligadas, o envolvimento da juventude nas ações tanto na unidade produtiva, quanto nas ações de organização da comunidade é muito pequena. Há uma participação inicial, principalmente na adolescência e pós-adolescência.

Mas ao atingir a maioridade, os jovens decidem por sair do assentamento para melhorar sua condição financeira. Observa-se, alguns fatores que são determinantes,

I - O tamanho da unidade produtiva no assentamento, limita a implantação de projetos produtivos com maiores ganhos, até porque o incentivo público é muito pequeno para agricultores/as com áreas pequenas;

II – Há desvalorização do trabalho rural do ponto de vista econômico e social, o sucesso para as famílias é o filho arrumar um bom

emprego, a possibilidade do jovem arrumar uma renda fora de casa em alguns casos, é vista com muito bons olhos para a família que deixa de gastar com esse jovem e ainda vê entrar uma renda a mais na casa, porém a possibilidade de renda fora vem sempre acompanhado de mudança do jovem para as áreas urbanas;

III – O patriarcalismo ainda reina entre as famílias, é sempre o pai quem gerencia tudo, principalmente a renda, as demandas da juventude são colocadas para os últimos lugares no orçamento familiar;

IV – A dificuldade de acesso a capacitações, principalmente profissionais, como graduação e curso técnico, acaba levando os jovens a escolher cidades maiores;

V – Os jovens que optaram por permanecer no campo tiveram como saída ir atrás de mais terras em acampamentos do MST, já que nas unidades produtivas do assentamento ficaram sem espaços de atuação; e,

VI – A redução na quantidade de atividades financeiras dispensa o uso da força de trabalho dos jovens, e essa ociosidade gera uma falta de perspectiva de futuro, fazendo os jovens ir buscar algo que os motivem.

Ao término da pesquisa, vê-se que existem ações que independem da vontade e organização familiar para que os jovens possa se estabelecer no campo. O desafio de gerar renda financeira para suprir as demandas familiares de energia, internet, celular, compra de vestimentas e supermercados que aumentam sempre mais a cada ano, coloca as famílias como pagadoras de dívidas e com cada vez menos sobra financeira.

E essa condição requer um replanejamento não só da produção, mas também do estilo de vida, procurar, substituir os produtos industrializados por produtos naturais produzidos nas próprias unidades produtivas. A valorização daquilo que não é renda líquida, mas que ao deixar de comprar se converte em economia para a família, como a produção de alimentos, frutas e animais que a família consome em seu dia a dia, a criação de projetos produtivos que envolvam a família como um todo, o diálogo no planejamento das ações, valorizando também a participação dos jovens.

Produzir a vida no assentamento significa estar em luta permanente, constante, antes, durante e após a ocupação da terra. Seguir lutando, seja individualmente, para garantir minimamente a sobrevivência, ou coletivamente, ampliando o espectro de enfrentamentos, é uma marca da classe trabalhadora no mundo (JANATA, 2012, p.55).

O desafio das famílias em segurar os jovens no espaço rural, mesmo com a implantação do modo de produção agroecológico ainda não se concretizou, o envolver a juventude nos projetos familiares precisa de ações mais efetivas, específicas, que façam não apenas melhorar a geração de renda para os jovens, mas também, que ele/ela compreenda a importância de estar no espaço rural, com sua família, contribuindo na construção da organização política de sua comunidade.

O fato das famílias não conseguirem viabilizar a geração de renda financeira que seja compatível com as demandas familiares, levam a muitas dificuldades, principalmente com a juventude, a partir dos relatos, percebe-se que ao se envolver muito com a juventude urbana, os jovens criam demandas próprias, não suprida nem assimilada pela família, às reações dos jovens são diferentes, porém, o que buscam é sempre melhorar sua vida, há os que arrumam empregos, outros incentivados pelos pais vão estudar e ainda outros vão atrás de seu pedaço de terra. *Bananeira*, um assentado, relata que seu filho não quis estudar, por isso quando ele resolveu ir para o acampamento ele apoiou, já que com a renda do lote não conseguiria dar uma vida melhor para o filho.

O fato é que a agroecologia possui ferramentas que podem sim, contribuir para o envolvimento dos jovens na rotina familiar no campo, porém, por si só, não consegue criar as condições necessárias para que os jovens possam ficar no campo. No caso do assentamento Padre Ezequiel, a localização pode ser considerada fator positivo, já que a proximidade da cidade ajuda nos estudos iniciais e na venda da produção, sem precisar ficar muito tempo fora de casa, mas o tamanho das unidades produtivas limita a implantação de projetos produtivos para os jovens.

A cultura de que precisa estudar para ter boa renda em empregos, colocando a agricultura como atividade difícil, penosa que não gera renda e nem dá futuro, ainda é muito presente entre as famílias, e essa desvalorização do trabalho no campo se traduz junto com a baixa renda como os principais fatores que impedem a juventude do Assentamento Padre Ezequiel de permanecer exercendo a atividade rural.

Além da mudança no sistema produtivo, tendo como perspectiva melhor geração de renda e implantação de projetos produtivos próprios da juventude, há estruturas que são externas a famílias, como possibilidade de estudos e lazer que só podem ser alcançados com melhor aplicação de políticas públicas pelos gestores locais, há todo um incentivo pelo abandono do campo. Os enfrentamentos familiares são muitos, não basta apenas ter vontade de ficar, precisa que seja viabilizado algumas coisas para que isso aconteça, o desafio é pensar o campo do ponto de vista da construção da vida da família como um todo.



## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel A. **AGROECOLOGIA, Bases científicas para una agricultura sustentable**. Editorial Nordan–Comunidad, Montevideo, Paraguay. 325p.

ALTIERI Miguel A. **Biotecnología Agrícola: Mitos, Riesgos Ambientales y Alternativas**. Universidad de California, Berkeley, 2001, 44p. Publicación financiada con aporte económico de Foundation for Deep Ecology y Fred Gellert Family Foundation (San Francisco, California).

ALVES, Valdir. **Custo de produção de cultivos de coffe canephora agroecológico sombreado e a pleno sol no assentamento Padre Ezequiel, Mirante da Serra/RO**. Orientador Tamiel Khan Baiocchi Jacobson; Coorientador Fernando Figueiredo Goulart. – Dissertação de Mestrado. Florianópolis/SC, 2015, 77p.

**A questão Agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980**/João Pedro Stédile (org); Douglas Estevam (Assistente de pesquisa) –2ª ed.—São Paulo: Expressão popular, 2012. 320p.

ARAUJO, Maria Carla de Ávila. **Territorialidade, juventudes e suas interfaces com o poder público local**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, University of São Paulo, São Paulo, 2007. Articulação Nacional de Agroecologia (Brasil), Olhares agroecológicos: Análise econômico-ecológica de agroecossistemas em sete territórios brasileiros/[Organização: Flávia Londres, Paulo Petersen e Gustavo Martins].-1ª ed. – Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017, 192p.

BECKER, B. K. "Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?" **Parcerias Estratégicas**, n. 12, 2001, pp. 135-159. BOF Alvana Maria, A educação no Brasil rural / Alvana Maria Bof (org); Carlos Eduardo Moreno Sampaio. [et al.]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 236 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. **A pesquisa participante, um momento da educação popular**. Cartão de divulgação da agenda do Programa de Formação Continuada em Educação, Saúde e Cultura Populares/2007.

CALDART, Roseli Salete, PALUDO, Conceição, Doll, Johannes.  
**Como se formam os sujeitos do campo? Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores.** / Roseli Salete Caldart, Conceição Paludo, Johannes Doll (organizadores). - Brasília: PRONERA : NEAD, 2006.160p.

**Comissão Pastoral da Terra, Conflitos no Campo** – Brasil 2016  
 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade - Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2016. 232 páginas: fotos, tabelas Vários autores.

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA.  
**Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional: análise dos indicadores de segurança alimentar e nutricional** . Brasília/DF: Presidência de República, 2014.

CANHOLI, Patrícia Fracarolli. **Dilemas e Desafios de juventude Rural: Um olhar sobre Alto da serra de São Pedro – SP.** Piracicaba, 2014, 189p.

CAPÒRAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antonio.  
**Agroecologia e desenvolvimento Rural Sustentável: Perspectiva para uma nova extensão rural.** Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR (Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural), 2000. 22p.

CARNEIRO, Fernando Ferreira (org). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde/** Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo – Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 624p. il

CARNEIRO Maria José e CASTRO Elisa Guaraná de. **Juventude Rural em Perspectiva**, Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, 309p.

CARNEIRO, Maria José. Política Pública e Agricultura Familiar: uma leitura do Pronaf. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, nº8, abril 1997.

Castro, Antônio Maria Gomes de. [et al.]. **Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso à terra no Brasil** / Antônio

Maria Gomes de Castro / Eduardo Paulo de Moraes Sarmiento / Luis Fernando Vieira / Suzana Maria Valle Lima / Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013

CASTRO, Elisa Guaraná de, et al. **Os jovens estão indo embora? Juventude Rural e a construção de um ator político.** Seropédica, RJ: EDUR, 2009, 223p.

CHABOUSSOU, Francis. **Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: Novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas: a teoria da trofobiose/** Francis Chaboussou; tradução Maria José Guazzelli – 1ed- São Paulo: Expressão popular, 2006, 320p.

MARCOS, Valéria de; FABRINI, João Edmilson. **Os Camponeses e a práxis da produção coletiva.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERREIRA, Gustavo H. **Cepolini Geografia Agrária no Brasil: Disputas, conflitos e alternativas territoriais/**Gustavo H. Cepolini Ferreira (Org.). Jundiá, Paco Editorial: 2016, 392 p. Inclui bibliografia.

GALINARI, G. **A medida da sustentabilidade na agricultura.** Embrapa, Brasília-DF, XXI Ciência para a Vida, nº2, p. 24-27. Janeiro 2013. Disponível em [http://revista.sct.embrapa.br/download/XXI.n2\\_pt.pdf](http://revista.sct.embrapa.br/download/XXI.n2_pt.pdf), acesso 04/2013.

GODOI, Emilia Pietrafesa de, MENEZES, Marilda Aparecida de, MARIN, Rosa Acevedo (orgs) **Diversidade do campesinato: Expressões e categorias**, v2: estratégias de reprodução social/ Emilia Pietrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes, Rosa Acevedo Marin(orgs) – São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, 331p.

**Agroecologia : princípios e reflexões conceituais** / editores técnicos, João Carlos Costa Gomes, William Santos de Assis. – Brasília, DF : Embrapa, 2013. 245 p.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González. **Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato.** Tradução de Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. 2 ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.2, Nº1, 2001, 45p.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Série Estudos Sobre o Brasil e a América Latina, V. 4, Ed. Paz e Terra, 1968, 255p.

HOWARD, Albert Sir. **Um testamento agrícola**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 360 p. , 2007. 360 p

Ianni, Octávio. **A luta pela terra : história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Vozes, Petrópolis, RJ, Brasil, 1978

JANATA, Natacha Eugênia. **Juventude que ousa lutar!** [tese]: Trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST / Natacha Eugênia Janata ; orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Célia Regina Vendramini - Florianópolis, SC, 2012. 278 p.

MENEZES, M. A. de; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B., (Orgs.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. 268 p. : il. – (Coleção juventude. Série estudos ; n. 1). Co-edição com o NEAD/MDA e IICA, [http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/2708/Miolo\\_Juventude\\_rural\\_web.p](http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/2708/Miolo_Juventude_rural_web.p)

ZLUHAN, Mara Regina e RAITZ, Tânia Regina, **Juventudes e as múltiplas maneiras de ser jovem na atualidade**, Mara Regina Zluhan e Tânia Regina Raitz, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí/SC, Brasil.

LOCATELLI, M. et. Al. **Caracterização Química do Solo e Crescimento de Schyzolobium parahyba var. amazonicum (Huber ex Ducke) em Sistemas Agroflorestais Agroecológicos no estado de Rondônia**. Anais e Proceedings de eventos/Embrapa Rondônia, 2012.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **Terra, Família e Capital, Formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo**. ed. Vozes, Petrópolis 1987. 183p.

MACHADO, Eduardo Paes. **Poder e Participação Política no campo/** Eduardo Paes Machado (Coordenador) e outros, CERIFA CAR/CEDAP-CENTRU - São Paulo 1987.

MACHADO, Luiz Carlo Pinheiro. **Dialética da Agroecologia**. 1.ed. – São Paulo: Expressão popular, 2014, 360p. : Il., tabs.

MARTINS, José de Souza. **O cativoiro da terra**. Editora Hucitec – São Paulo, 1990, 161p.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. editora Vozes, Petrópolis/RJ, 1981, 211p.

MOTA Márcia, ZARTH, Paulo. **Formas de resistência campesina: Visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. Vol. 2: Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)/ Márcia Mota, Paulo Zarth (orgs) – São Paulo : Editora UNESP; Brasília, DF; Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009. 261p.

NÓBREGA, Juliana da Silva. **A produção da vida como política no cotidiano: a união de terras, trabalho e panelas no “Grupo Coletivo 14 de Agosto”, em Rondônia**. Juliana da Silva Nóbrega; orientadora Leny Sato. -- São Paulo, 2013. 277 f.

PACHECO, Fábio Pierre Fontenele e LINDOSO, Jane Carla Garcia, **Experiências Agroecológicas no estado de Maranhão**, Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural/ organizadores, – São Luiz/MA, 2007, 121p.

PANINI, Carmela. **Reforma Agrária dentro e fora da lei: 500 anos de história inacabada/** Carmela Panini – São Paulo: Paulinas, 1990 – 235p.

PEREIRA, Kelci anne. **Educação do campo e rede de movimentos do sudoeste do Pará; agroecologia e cooperativismo na relação entre trabalho e educação/** Kelci Anne Pereira, Orientadora Maria Clara de Pierro - São Paulo 215p.

PEREIRA, J. L.G. Juventude Rural: para além das fronteiras entre campo e cidade. (Tese, doutorado em Sociedade e Agricultura) Seropédica: UFRRJ, 2004.

PETERSEN, Paulo(org), **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**/Paulo Petersen (org) – Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, 168p..il

PINHEIRO, Sebastião. **Saúde no Solo, Biopoder Camponês versus Agronegócio**. Ed. @ dos autores, 2015, 224p.

Princípios e Perspectivas da Agroecologia, Francisco Roberto Caporal, Edisio Oliveira de Azevedo (orgs.), - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – **Educação a Distância**, 2011, 192p.

NEVES, Delma Pessanha e SILVA, Maria Aparecida de Morais, **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**, Volume 1: Formas tuteladas de condição camponesa/ Delma Pessanha Neves, Maria Aparecida de Morais Silva(orgs) – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008, 271p.

Reforma Agrária, Questão Agrária e Desigualdades no Brasil, **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**, ano 35, Vol 01, Nº 02, edição Outubro 2014, 127p.

REIJNTJES, Coen. **Agricultura para o futuro: uma introdução á agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos**\ CoenReijntjes, BertusHaverkort, Ann Waters-Bayer; tradução de John Cunha Comerford. – 2.ed – Rio de Janeiro: AS – PTA; Leusden Holanda; ILEIA, 1999.

RESENDE E MIRANDA, Anita C. Azevedo, Marília Gouvêa de. Sobre a pesquisa-ação na educação e as armadilhas do praticismo. **Revista Brasileira de Educação** v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

SILVA, Anderson José da, MENDONÇA Marcelo Rodrigues, **JUVENTUDE NO CAMPO: formação, qualificação e geração de renda a partir da agroecologia**. **Espaço em Revista**, 2010. 23p.

SILVA, Fernando Moreira, CHAVES, Marcelo dos Santos, LIMA, Zuleide Maria C. **Da Geografia a Física II** / Fernando Moreira da Silva, Marcelo dos Santos Chaves, Zuleide Maria C. Lima. – Natal, RN: EDUFRN, 2009. 240 p

SILVA, Maria Aparecida da, Migração em Rolim de Moura e os interesses do estado, **Revista Labirinto** – Ano XII, nº 16 – junho de 2012, ISSN: 1519-6674, Dossiê “Cultura, resistência e sujeito”.

SILVA, José Gomes da. **Caindo por terra: Crises da reforma agrária na nova república**/José Gomes da Silva – São Paulo: Busca vida, 1987, 228p.

Simpósio: Migração em Rondônia, Centro de estudos e de Pastoral do Migrante – CAPAMI (org)..Ji-Paraná/RO, 1998, 94p.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de, PESSÔA, Lúcia Salazar. O processo de formação do território rondoniense revisitado: da colônia ao golpe de 1964. **ACTA Geográfica, Boa Vista**, v. 4, nº 8, p.143-160 jul./dez. de 2010.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **(Des)ordem na fronteira: ocupação militar e conflitos sociais na bacia do Madeira-Guaporé (30-40)** / Valdir Aparecido de Souza. – Assis, 2002. 177 páginas.

SOSA, Bráulio Machín.et al. **Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês na ANAP em Cuba**/ Bráulio Machín Sosa, Adilén Maria Roque Jaime, Dana Rocio ávila Lozano, Perter Michael Rosset, tradução Ana Corbsier – 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, 152p.

SPOSITO, Marília Pontes. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas** / Marília Pontes Sposito.– São Paulo: Ação Educativa,2003, 39p.

STROZAKE Juvelin, FON, Aton, SIQUEIRA, José do Carmo Alves, , **O direito do Campo do direito: universidade de elite versus universidade de massa.**/ Aton Fon, José do Carmo Alves Siqueira, Juvelin strozake (Orgs.). 1ª ed. – São Paulo: Outras expressões; Dobra Editorial, 2012, 182p.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens/** Valmir Luiz Stropasolas – Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2006, 346p.

STRAZZACAPPA, Cristina. **A questão das terras no Brasil: das sesmarias ao MST/** Cristina Atrazzacappa, Valdir Montanari – São Paulo: Moderna, 1999, Coleção desafios, 56p.

TEIXEIRA, M. A. D. O rio e os tempos: reflexões sobre a colonização e as questões ambientais do vale do Madeira entre os séculos XVII e XXI. **Revista Saber Científico**, n. 1, v. 2, 2008, p. 224-292.

VANKRUNKELSVEN, Luc. **Aurora no Campo: Soja diferente.** Luc Vankrunkelsven; traduzido do holandês por Marianne Christina Scheffer – Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2008, 294p.

WEISHEIMER, Nilson. **A Situação Juvenil na Agricultura Familiar.** Orientadora Professora Dr<sup>a</sup> Anita Brumer, Porto Alegre, 2009, 331p. Tese de doutorado.